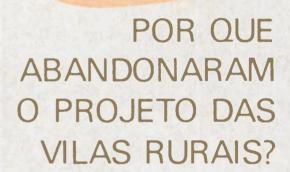
RN/ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negocios

ANO X - N°. 107 - NOVEMBRO/79 - CR\$ 50,00

CRÉDITO NATALINO
INJETA Cr\$ 50 MILHÕES
NO COMÉRCIO



ACEITAMOS CREDITO NATALINO

RN sem esgotos.
O Governo não quer obras enterradas

410



CONSÓRCIO GRANORTE

— SÉRIE "A" PONDERADO —



- * 36 meses sem entrada, sem juros ou correção monetária
- * Mensalmente, um carro por sorteio e outro por lance.
- * Seu carro é entregue sem avalista e não exigimos seguro

- * Carro usado de qualquer marca vale como lance.
- * O veiculo é entregue pelo preco de fábrica
- * Liberamos os carros de reserva de dominio



Você pode optar por qualquer carro da linha Ford.

CORCEL COUPÉ

CORCEL LDO

FORD F-75

CORCEL SEDAN

BELINA FORD F-100

CORCEL GT

GALAXIE

FORD F-4000



Rua Presidente Bandeira, 656-A - Alecrim - Fones (084) 222-6788 - 231-4586 - 59.000 - Natal-RN.

Expediente

Sumário

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá Marcelo Fernandes de Oliveira

Diretor-Adjunto Pedro Simões Neto

Gerente Administrativo Mauricio Fernandes

Redatores

Aderson França José Ari Paulo de Souza Lima Petit das Virgens Sávio Ximenes

Diagramação e Paginação Fernando Fernandes

Fotografia

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Fortunato Gonçalves Francisco das C. Martins Gonçalo H. de Lima

Departamento de Assinaturas Vanda Fernandes

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvamar Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rêgo, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Nelson Hermógenes Freire, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otomar Lopes Cardoso, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTI-CA LTDA. — CGC n° 08286320#0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576 Composição e Impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC n° 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 50,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 60,00.

Reportagens	
Por que abandonaram o projeto das Vilas Rurais?	7
Crédito Natalino injeta Cr\$ 50 milhões no comércio	13
Prestação de serviços: precariedade é a tónica	16
Farmacologia - um novo campo de pesquisas na Universidade	22
RN sem esgotos. O governo não quer obras enterradas	31
O Rio Grande do Norte procura um modelo de irrigação	39
Novo aeroporto não satisfaz às empresas de aviação	43
Secções	
Homens & Empresas	4
Agenda do Empresário Direito Econômico	28 50
Artigos	
Paulo Pereira dos Santos Controle de preços: a melhor política para o atual momento	30
Pedro Simões Neto Teoria e prática da política da habitação	36
Otomar Lopes Cardoso Litoral inexplorado	48

Caros Assinantes:

Em razão do atraso no recebimento do papel destinado à impressão da nossa revista, proveniente do Exterior, fomos forçados a deixar de circular no mês de outubro.

Pedimos desculpas aos leitores por esse contratempo e informamos que todas as providências já foram tomadas para evitar repetição do fato. Os senhores assinantes não sofrerão prejuízo pois o período de vigência das suas assinaturas será prorrogado em um mês.

Os Editores.

HOMENS & EMPRESAS

CRÉDITO NATALINO VAI MOVIMENTAR CR\$ 50 MILHÕES

O programa "Crédito Natalino", pelo qual os servidores da administração direta e indireta do Estado podem dispor de um financiamento no valor do salário que estejam percebendo, para as suas compras de fim de ano, deverá movimentar a soma de Cr\$ 50 milhões. O IPE (Instituto de Previdência do Estado), órgão que executa o programa, deverá atender cerca de 10 mil funcionários públicos de Natal e de diversas cidades do interior. O comércio é altamente beneficiado pelo aumento do meio circulante ocasionada pelo "Crédito Natalino".



SUPERINTENDENTE DO BB DIALOGA COM EMPRESÁRIOS

José Leopoldo de Souza, superintendente do Banco do Brasil no
Rio Grande do Norte, atendendo convite do Sindicato da Indústria da
Construção Civil, participou de reunião-almoço com os empreiteiros,
ocasião em que fez uma completa
exposição sobre a estrutura do banco
e mostrou as linhas de operação que
podem ser utilizadas para dar suporte ao setor da construção civil. O
encontro foi proveitoso e muitas dúvidas foram esclarecidas.

SINDICALISMO PATRONAL: UMA NOVA CONSCIÊNCIA

O novo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, Fernando Bezerra. tem como uma das suas metas prioritárias despertar a consciência do empresário para a necessidade da prática do sindicalismo patronal, como o caminho natural para o fortalecimento político das classes produtoras. Para atrair as categorias industriais ainda não representadas na FIERN pelos seus sindicatos. tais como os confeccionistas, os beneficiadores de algodão, de sisal e de caju, os produtores de acúcar, os gráficos e editores, entre outras, a FIERN está dinamizando o seu Departamento Sindical, hoje chefiado por Cromwel Tinoco. Fernando Bezerra coloca toda a estrutura da FIERN a serviço do empresariado industrial, no intuito de assessorá-lo e facilitar a constituição de novos sindicatos patronais.

BRADESCO COM GERENTE NOVO

Já assimiu a gerência geral do BRADESCO em Natal João Antônio de Almeida, que procede de Maceió, onde também exercia funções gerenciais. Integrado à política expansionista que faz do BRADESCO o maior banco particular do Brasil, João Antônio de Almeida tem como meta imediata ampliar a faixa das aplicações do seu banco no Rio Grande do Norte e continuar captando novos clientes.

EXPEDITO PODE CHEGAR À PRESIDÊNCIA DA CNI

Expedito Amorim, ex-presidente da FIERN, ministro do Tribunal Superior do Trabalho e membro da diretoria da Confederação Nacional da Indústria, já começa a ser cogitado como o provável sucessor de Domício Veloso na presidência da CNI. A eleição será em 1980.



PRESIDENTE DO COFECI FALA AOS CORRETORES

Aref Assreuy, presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis — COFECI — esteve em Natal atendendo convite dos promotores do I^o. Curso de Atualização em Negócios Imobiliários, e dos dirigentes do CRECI-RN. Além de visitar as principais imobiliárias da cidade, Aref Assreuv fez conferência no auditório do INOCOOP. quando destacou o papel do corretor de imóveis no processo econômico brasileiro e apontou as perspectivas do mercado imobiliário. Durante sua estadia em Natal, o presidente do **COFECI** foi permanentemente assistido pelo presidente do CRE-CI, Francisco Ribeiro.

SALÁRIO E BEM ESTAR SOCIAL

Um livro com o título "Sálário e Bem Estar Social", de autoria do advogado Pedro Simões Neto, encontra-se no prelo da Editora RN/ECONÔMICO Ltda. e deverá ser lançado no final de novembro. O trabalho se constitui numa análise do problema salarial como fator de distribuição de rendas e discute modelos políticos-econômicos para a atual conjuntura do país. O prefácio é do jornalista Marcos Aurélio de Sá.

HOMENS & EMPRESAS

RECORDE DE FATURAMENTO

A Indústria Têxtil Seridó, do grupo UEB, faturou no mês de outubro Cr\$ 77,8 milhões, batendo todos os seus recordes de produção e de vendas. É provável que este ano seja atingido um faturamento da ordem de Cr\$ 800 milhões superando-se as mais otimistas previsões dos dirigentes da empresa. A Têxtil Seridó está produzindo por mês 1,3 milhão de metros de tecidos, sendo a maior parte vendida no mercado interno.

ALPHAVILLE — EDIFÍCIO MAIS LUXUOSO DE NATAL

Será iniciada dentro de algumas semanas a construção do mais moderno e luxuoso edifício de apartamentos de Natal. Trata-se do "Alphaville", um prédio com 12 andares, que ficará situado à rua Nilo Peçanha, no bairro de Petrópolis. O empreendimento está a cargo da PROEX — Projetos e Execução de Engenharia Ltda. - e deverá contar com financiamento da BANORTE. O "Alphaville" terá apenas um apartamento por andar.

RN/ECONÔMICO EDIÇÃO DE DEZ ANOS

No próximo mês será lançada a edição especial comemorativa do décimo aniversário de RN/ECONÔMI-CO. Um dos destaques da revista será a publicação da lista das 100 maiores empresas do Rio Grande do Norte. Será dada uma grande ênfase aos comparativos do crescimento econômico do Estado entre os períodos de 1969 a 1979, não só no setor industrial, mas no campo do comércio, da agricultura e da pecuária. Além das matérias de análises setorial, diversos colaboradores foram convidados a escrever artigos exclusivos sobre os problemas sociais e econômicos do RN. A edição deverá circular com 300 páginas e a sua tiragem será duplicada. Os espaços publicitários poderão ser reservados até o dia 10 de dezembro.



RIO CENTER LANÇA CARTÃO DE CRÉDITO

A Rio Center, uma das melhores lojas de departamentos de Natal, está lançando neste final de ano um serviço que sem dúvida consolidará ainda mais a sua já tradicional clientela: o cartão de crédito. Distribuído a pessoas selecionadas através de cadastro, o cartão possibilitará a compra pelo preço de à vista, para pagamento em seis meses, sem juros, taxas ou quaisquer despesas extras. Flávio Alcides, diretor da Rio Center, espera distribuir cinco mil cartões.

CARRO A ÁLCOOL CHEGA AO RN

Os primeiros carros movidos a álcool que chegam ao Rio Grande do Norte são dez Fiat-147, encomendados à Navona Veículos S/A pela TELERN, todos já entregues. Os automóveis foram incorporados à frota oficial da empresa e rodarão uma média de 2 mil quilômetros por mês, cada um. O álcool para abastecê-los já é produzido no próprio Estado.

ESTIAGEM FAVORECE ÀS EXPORTAÇÕES DE SAL

O longo período de estiagem enfrentado pelo RN está favorecendo à indústria salineira, que este ano consegue uma das suas maiores safras de todos os tempos. Os embarques de sal pelo porto-ilha de Areia Branca já somam 1,3 milhão de toneladas, das quais 118 mil se destinaram à exportação.

GRUPO SANARINA DIVERSIFICA PRODUÇÃO

O Laboratório Sanarina, em fase de grande expansão, ingressa também no ramo dos produtos para a higiene do lar. Para isto, os seus dirigentes adquiriram os direitos de fabricação da Água Sanitária Marilena, um famoso produto, que agora está chegando ao consumidor em embalagem com novo "design", em tubos plásticos. Fernando Bezerra dos Santos, um dos diretores do grupo Sanarina, está começando a montar um esquema para a distribuição dos produtos do seu laboratório para outras regiões do país.

CENTRO ODONTO-MÉDICO TEM FINANCIAMENTO

A Banorte Crédito Imobiliário S/A assinou o seu maior contrato de financiamento habitacional para o setor privado do Rio Grande do Norte. O contrato, no valor de Cr\$ 21 milhões, foi firmado pelo consórcio constituído pelas construtoras PROEX e A. Azevedo, e os recursos se destinam à conclusão do Centro Odonto-Médico, um prédio de dez andares projetado para concentrar clínicas médicas e odontológicas.

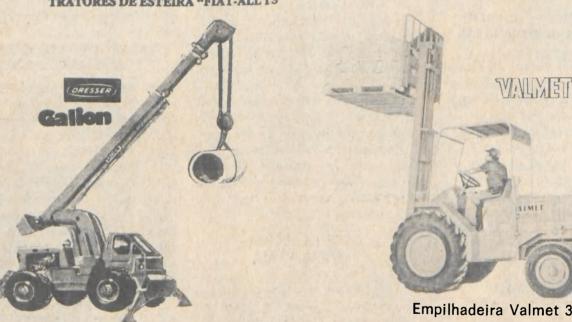
CDM/RN ADQUIRE PERFURATRIZES

A Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais -CDM/RN - está adquirindo novas máquinas perfuratrizes, objetivando incrementar o seu programa de perfuração de poços tubulares, principalmente nas regiões mais secas do Estado. Deseja a CDM/RN cavar poços profundos, serviço que só poderá ser executado com perfuratrizes rotativas. Como a Companhia não está devidamente equipada com este tipo de máquina, uma concorrência pública já foi realizada e está em fase final de julgamento. Uma indústria nacional a PROMINAS Brasil S/A, concorrendo com quatro multinacionais, apresentou os menores preços (diferença de quase quatro milhões de cruzeiros).

A TURMA DA PESADA



TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALL IS"



GUINDASTES "GALION" ATÉ 14 TONELADAS





TRATORES DE PNEUS E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTONIO FREIRE, 218 FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORO-RN.

POR QUE ABANDONARAM O PROJETO DAS VILAS RURAIS?

Depois de consumir somas impressionantes na sua implantação, o projeto das Vilas Rurais foi simplesmente relegado ao esquecimento. Os governos que sucederam a Cortez Pereira não deram continuidade ao trabalho, por considerá-lo inviável. Hoje, das 22 Vilas Rurais, apenas 5 estão habitadas. Nas outras 17, quase mil casas para colonos estão fechadas. Foram plantados 1,5 milhão de pés de caju, todos já frutificando. Mesmo abandonado, o projeto continua vivo, produzindo, gerando riquezas. E sendo viável, mesmo contra a vontade dos governadores!

Durante o Governo Cortez Pereira, uma ênfase especial foi dada a um projeto que, tudo indicava, seria a redenção para a agricultura do nosso Estado. Era o projeto das Vilas Rurais. Para implantá-lo, foi criada uma sociedade de economia mista —a CIMPARN —, enquanto que o problema do dinheiro necessário a financiá-lo foi resolvido pelo Banco Mundial, que lhe destinou 20 milhões de dólares.

O projeto, desenvolvido em curtissimo prazo, explorava a cultura do caju. Uma faixa de terras de cerca de 30 mil hectares recebeu a plantação imediata de 1,5 milhão de cajueiros, sendo a seguir didivida em 22 grandes lebas, que foram chamadas de "Vilas Rurais", com capacidade inicial de oferecer trabalho para 500 famílias, sob o regime de cooperativa.

Ao deixar o Governo, Cortez Pereira já anunciava o grande sucesso daquele programa, "um dos mais audaciosos projetos de colonização agrícola em execução em todo o Hemisfério Sul".

No Governo Tarcísio Maia, as "Vilas Rurais" foram esquecidas, chegando a um ponto de total abandono. Os primeiros colonos chegaram mesmo a passar fome. Entretanto, numa prova de que realmente aquele projeto é viável, em outubro do ano passado, ao completar cinco anos de sua implantação, aconteceu



Cortez Pereira: "o projeto se perdeu pela vaidade de uns e pela incapacidade de outros".

a primeira grande safra de caju. Só de castanhas foram colhidas cerca de 2,5 milhões de quilos. E apesar de todo o descaso governamental, o projeto hoje já atende a cerca de 300 familias, que na entressafra do caju se dedicam à agricultura de subsistência. Há dois anos, por exemplo, essas famílias produziram 700 toneladas de feijão, que o governo do Estado deixou apodrecerem nos armazéns da CIDA,

provocando um prejuízo de muitos milhões de cruzeiros para os colonos.

O descaso para com o importante projeto fez com que o descrédito tomasse conta dos agricultores que vivem nas Vilas Rurais.

O quadro atual é desolador. Das 22 vilas rurais apenas 5 estão ocupadas. As restantes foram abandonadas. As casas dessas vilas estão ruindo, enquanto o que existia de agricultura ficou com o mato tomando conta dos terrenos plantados. Os colonos estão sem assistência de qualquer espécie por parte do Governo, uma vez que a CIDA mantém-se alheia, alegando não ter recursos para ajudá-los.

ESCÂNDALO DO FEIJÃO -Mesmo não sendo o feijão o elemento primordial da produção das Vilas Rurais, com ele surgiu o primeiro grande escândalo daquele projeto: o apodrecimento de 700 toneladas do produto entregue à responsabilidade da CIDA. O feijão, colhido pelos colonos, deveria ser comercializado através da CIDA, sendo-lhe então confiado para depósito e armazenagem. Ocorre que a empresa do governo cumpriu mal a sua missão e simplesmente deixou produto apodrecer em pões impróprios para a conservacão do cereal.

Francisco Dantas de Souza, colono que vive na Serra do Mel desde o começo do projeto, depois de desmentir as informações dos dirigentes da CIDA de que a produção de feijão, em 78, havia sido de péssima qualidade e num total de apenas 500 toneladas, afirma:

"Isto tudo é mentira. Basta ver que a CIDA comprou aos colonos da Serra do Mel mais de 700 toneladas do feijão, em perfeitas condições. Fomos enganados em tudo; obrigados a vender a produção à CIDA por Cr\$ 2,80 o quilo, enquanto havia compradores oferecendo até Cr\$ 10,00 pelo quilo. Por conta do baixo preço, muitos colonos além de não terem lucro, ficaram devendo à CIDA".

A perda de dinheiro por parte dos colonos é um fato. Para o Presidente da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Norte, José Francisco da Silva, "devido às dificuldades financeiras de muitos colonos, a CIDA pôde explorá-los pagando uma quantia irrisória, sob alegações infundadas de má qualidade do produto". Com ele também concorda o Presidente do Sindicato dos Agricultores de Mossoró Antônio Inácio de Medeiros, que complementa dizendo que os colonos que não aceitaram os preços da CIDA, sofreram as consequências com represálias e até o momento não receberam nada, nem sabem quando o problema poderá ser solucionado com o pagamento justo aos que depositaram sua produção para os armazéns da CIDA.

O ex-Governador Cortez Pereira é de opinião de que "a perda do feijão foi apenas um certificado da incapacidade de dirigentes. Não era fácil para os dirigentes mandarem arrancar 2 milhões de cajueiros, para acabar com o projeto, por isso não o fizeram. E como não dava trabalho algum deixar 700 toneladas de feijão apodrecerem, eles fizeram isto, talvez para tentar provar a inviabilidade do projeto que vem sendo alvo de abandono, de erros e desacertos, de tentativas infrutiferas de esvaziamento. Mas o projeto subsiste diante de todos esses fatos, provando assim a sua viabilidade econômica".



José Francisco da Silva alega que a CIDA explorou os colonos no caso do apodrecimento do feijão.

PROJETO ORIGINAL — Quando foi anunciada a implantação do Projeto das Vilas Rurais, no governo Cortez Pereira, foi dito que o empreendimento serviria para transformar 1.100 meeiros e trabalhadores sem terra, em médios proprietários rurais. Seria uma classe média que surgiria no campo plantando em sua

própria terra, colhendo, industrializando, e vendendo a produção que era sua, sem ser explorada por ninguém.

"Todo esse plano, racional e tecnicamente elaborado, foi afogado na oceânica discussão da vaidade de uns e incapacidade de outros", afirma Cortez Pereira, que complementa: "O projeto da Serra do Mel é uma colonização organizada com base na unidade familiar do trabalho, desenvolvendo um tipo de cultura que, não suportando uma mecanização integral, é, por isto mesmo, altamente absorvedora de mão-de-obra".

Quando deixou o Governo do Estado, Cortez Pereira pinta o quadro que ficou:

"Ao terminar o meu mandato, terminava o trabalho dificil de implantar o projeto no qual chegaram a trabalhar 10 mil homens e mais de 200 tratores. Toda a área do projeto estava plantada; 1.157 casas construídas; 22 postos de saúde; 22 escolas; 22 galpões; unidade médico-odonto-hospitalar; ginásio profissionalizante; sede para Cooperativa e um grande armazém coletor; prontos, o campo de aviação e 400 Km de estradas; em andamento a adutora, com recursos assegurados".

O quadro atual é muito diferente: apenas 380 colonos vivem ali e cerca de 700 casas encontram-se aban-





Um Restaurante que faz o ambiente a seu gosto. Vá ao VILHA VELHA e comprove. Vista panorâmica, música ao vivo, fina cozinha e um atendimento classe "A".



donadas, 8 postos de saúde fechados 9 escolas sem ninguém.

PERSPECTIVAS — "O projeto é realmente viável" - é o que afirma o Diretor-Técnico da CIDA, Tilon Gurgel Filho. "Já temos 3.000 pessoas inscritas para trabalhar no projeto; ele é atrativo e por esta razão terá que ser feita rigorosa seleção, pois a capacidade total é de apenas 1.197 colonos".

Um dos graves problemas das Vilas Rurais é a água. Por encontrar-se numa região de baixa pluviosidade, sendo necessária captação de água subterrânea, o que vem sendo feito, mas até o momento não deu resultados que possibilitassem a solução total do problema.

Nega o Diretor Técnico, que exista a vontade da maioria dos colonos de deixar o projeto. "Ao contrário afirma - somos obrigados a realizar um trabalho de seleção para escolher aqueles que deverão trabalhar na Serra do Mel, pelo excesso de colonos que nos procuram pedindo para ficar ali".

REIVINDICAÇÕES — Recentemente os colonos apresentaram as seguintes reivindicações, através de documento enviado ao Governador do Estado pela Federação dos Agricultores:

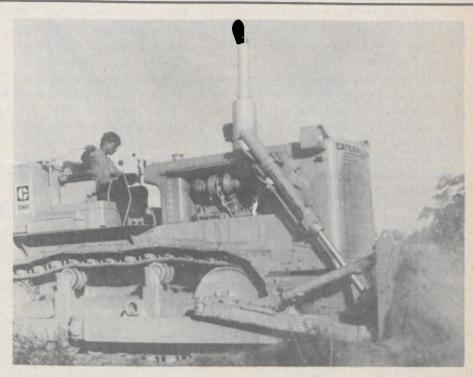
1°.) que fosse dado trabalho ao conjunto familiar, tendo como base, até a idade de 12 anos, isto é, que os menores até 12 anos fossem considerados trabalhadores;

2°.) que fosse assegurado a todos, pelo menos, o salário mínimo;

3°.) que os posseiros pudessem obter os mesmos direitos que estão sendo dados aos pequenos agricultores.

"Estas reivindicações - informa o Presidente da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Norte, José Francisco da Silva - foram entregues desde o dia 20 de abril passado, e não houve até o momento nenhuma resposta por parte do governo".

Na CIDA, o ambiente está fechado à imprensa para a maioria das perguntas. Apenas o seu Diretor-Técnico concorda em informar alguma coisa, afirmando que a crise



O trabalho de implantação das Vilas Rurais mobilizou centenas de tratores e milhares de homens. Os recursos necessários foram conseguidos a fundo perdido no governo de Cortez Pereira.

que se esboçou nas Vilas Rurais já foi contornada e que o governo atual vem olhando atentamente para o projeto, procurando dinamizá-lo, por acreditar em sua viabilidade econômica.

RECURSOS — No governo passado, um dos motivos alegados para o congelamento do projeto, o que originou a desgraça de muitos colonos, foi a falta de recursos do Estado. Afirmavam na época as fontes do Governo que o Estado havia gasto somas fabulosas no projeto e que os empréstimos contraidos para esta finalidade teriam que ser pagos, não podendo o Governo contrair mais dívidas.

Estas informações são refutadas e contestadas, com base e muitos dados, pelo ex-Governador Cortez Pereira:

"Não é verdade que o Estado gastou enormes somas de dinheiro no Projeto, durante o meu governo. Investimos no Projeto Cr\$ 140.479.633,00 com recursos obti-

dos fora do Estado, menos a participação da CIDA que foi de apenas Cr\$ 5.823.813,00 e a do próprio Governo do Estado, que participou insignificantemente em todo o projeto com somente Cr\$ 896.276,00. Além de tudo, a quase totalidade dos recursos foi obtida a fundo perdido (Cr\$ 103.399.633,00).

Ainda nos informes do ex-Governador Cortez Pereira, foram investidos Cr\$ 140.479.633,00 para criarem-se 4.500 empregos diretos na agricultura, dando-se condições de serem criados mais 4.500 empregos em atividade industrial".

"Desprezando estes últimos dados e raciocinando apenas com os empregos agrícolas - afirma Cortez Pereira - temos que um emprego criado na Serra do Mel saiu por bem menos da metade de um emprego criado nos projetos da SUDENE".

RETORNO — Outro argumento derrubado pelo ex-governador, diz respeito ao retorno do investimento.

Para os tecnocratas do Governo, esse retorno seria a longo prazo, o que ele contesta:

"De maneira alguma o retorno será a longo prazo. Se tivesse tido continuidade com a mesma ênfase anterior, o projeto alcançaria rapidamente o que foi programado, isto é, uma produção de 20.000.000 auilos de castanha, que originaria uma receita de Cr\$ 200 milhões por ano; 1.000.000 quilos de feijão que oferecia uma arrecadação de Cr\$ 10 milhões; 700.000 quilos de algodão cujo faturamento seria em torno de Cr\$ 8,4 milhões; e 100.000 toneladas de suco de caju que daria uma receita de 150 milhões. A soma de toda a arrecadação totalizaria Cr\$ 368.400.000,00, dos quais o Estado ficaria com 15% do ICM, (Cr\$ 55.200.000,00) anualmente. É a vez de se perguntar: onde, por quem e quando foi feito um investimento de retorno mais rápido?

COMISSÃO ESPECIAL — "Maior do que o absurdo irresponsável

de deixarem apodrecer o feijão é a desumana crueldade de fazerem pagar pelo erro, os sacrificados colonos que não têm culpa, que não foram autores, mas vítimas repetidas". Estas palavras ditas pelo Ex-Governador Cortez Pereira calaram fundo e serviram de tema para debates acalorados na Assembléia Legislativa, onde, a requerimento dos deputados, se criou uma comissão especial para verificar "in loco" a realidade dos fatos.

Tendo como presidente o deputado Roberto Furtado, como Relator o deputado Nelson Queiroz e membros, os deputados Onésimo Maia, Theodorico Bezerra e Montenegro Neto, a comissão especial esteve no local, fazendo observações, conversando com colonos, administradores e integrandes da CIDA e chegou ao resultado final: 1) o feijão foi entregue sadio e os colonos foram impedidos de vendê-lo, à época do depósito, ao preço de Cr\$ 7,00 o quilograma. Quando foram convidados

depois para fazer contas com a CI-DA, constataram que a mesma estava pagando o feijão ao irrisório preço de Cr\$ 3,00 pelo feijão que eles classificaram de tipo "A", Cr\$ 2,40 pelo tipo "B" e Cr\$ 2,00 pelo tipo "C"; 2) os colonos somente aceitaram o preco estipulado pela CIDA, por ser uma exigência da mesma para o acerto de contas com os colonos, já que estes tiveram financiada a referida safra; 3) os colonos que não aceitaram a proposta da CIDA para liquidação de suas contas, foram convidados a se retirar das atividades agrícolas das agro-vilas, como o colono Inácio Felipe Diniz. que por não concordar com os métodos da CIDA, foi expulso da Serra do Mel; 4) o Governo deve atender o desejo atual dos colonos que querem formar e implantar na Serra do Mel, uma Cooperativa, para se agruparem e melhor se defenderem; 5) por fim, a comissão concluiu seu relatório sugerindo ao Governador, após comprovação dos fatos, a punição para todos os culpados.

SKF
Rolame
ntos.POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ-Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistên
cias. RIGID - Ferra
mentas Pré-testadas
que Reduzem o Trabalho.

COOP

CODIF TEM:

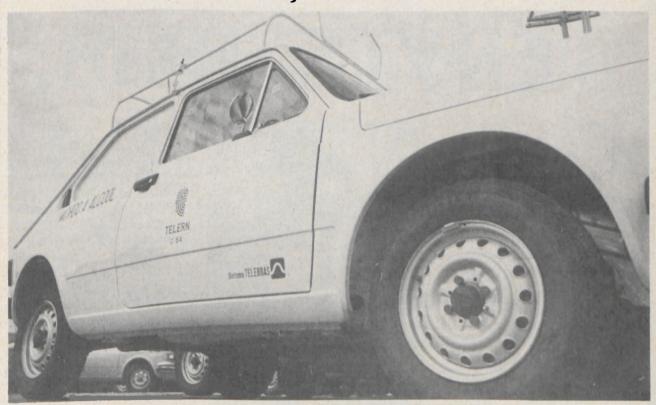
Emen
das Ter
minações.
PIRELLLI Fios e Cabos
Elétricos. 3M
PETERCO - liu
minação Comerci
al. STANLEY - Tre
nas de Aço. BELZER
-ITMA - Ferramentas do
quem não é de Ferro.

3M

Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. W EG - O Motor Elétrico.
OSRAM - Lâmpadas. SIEMENS - Material Elétrico
Industrial. HARTMANN & BRAUN DO BRASIL
Transformadores de Corrente. OK - Eletrodos.
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS ELIANE - Azulejos e Pisos. COBEL Equipamentos para Lubrificação. ADELCO - Transformadores. ELETROMAR - Chaves Mag néticas. STARRETT - Serras de Aço.BURNDY DO BRASIL Conectores e Válvulas. — Etc.

CODIF Matriz: Recife-PE Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190 Tels.: 222.3571 - 222.8210 222.8033 — Natal-RN Depois de permitir acesso ao telefone a 28 mil famílias. Depois do PS, ODD, DDO, DDD e DDI, eis a nova contribuição da TELERN ao programa de racionalização de combustível:



Já estão rodando os primeiros dez carros da TELERN movidos a álcool. A TELERN é a primeira empresa a adotar essa medida no Rio Grande do Norte. E não vai parar aí.

Outros dez automóveis já estão tendo seus motores recondicionados para o novo combustível, e depois mais dez até atingir o percentual de 60% da frota, nesta primeira etapa.

Além de contribuir para V. racionalizar combustível, a TELERN dá o exemplo. Antes de ir, telefone. O telefone é a melhor maneira de economizar combustível.



TEMOS TUDO PARA LHE SERVIR BEM.



Galvão Mesquita Ferragens S/A



Casa Lux S/A

Rua Dr. Barata, 217/219 — Fones: 222-2968, 222-2983, 222-4145, 222-4142 e 222-2819

Rua Dr. Mário Negócio, 1451 — Fone: 222-2149 — Rua Segundo Wanderley, 651 — Fone: 222-2850

Rua Dr. Barata, 194/200 — Fones: 222-0048, 222-2785 e 222-3008 — Rua Amaro Barreto, 276

Fone: 222-1500 — Av. Rio Branco, 643 — Fones: 222-2841 e 222-3034.

CRÉDITO NATALINO INJETA CR\$ 50 MILHÕES NO COMÉRCIO

O Instituto de Previdência do Estado está distribuindo neste fim de ano, através do programa "Crédito Natalino", Cr\$ 50 milhões para os seus segurados, beneficiando 261 firmas da capital e 171 do interior, inscritas no programa. O investimento de seus recursos orçamentários no mercado de capital, medida tão criticada recentemente na Assembléia Legislativa, foi a fórmula que a administração do IPE encontrou para impedir a desvalorização das suas reservas e, assim, poder cumprir o seu programa de trabalho. Centro de Lazer, Escola Maternal, 1.000 casas populares, 40 apartamentos e pavilhão para o idoso, são as metas do IPE para 1980, demonstrando um crescimento constante, visando sempre o benefício dos seus segurados e dependentes.

O IPE foi criado em 1962, limitando-se a partir de então a receber do Estado as contribuições previdenciárias dos servidores, assim mesmo de modo irregular, pois o próprio Estado geralmente atrasava o recolhimento dessas contribuições. Assim, o órgão viveu em constante crise, sem poder cumprir a contento as suas atribuições.

Segundo o seu atual Presidente, Efrem Lima, a partir de 1975, a situação começou a mudar. O Instituto passou a receber rigorosamente a sua total receita, comportamento este que vem sendo mantido pelo atual Governo Lavoisier Maia.

Ao assumir o IPE, em 16.03.75, informa Efrem Lima, o instituto dispunha de reserva atuarial retida na Secretaria da Fazenda no valor de Cr\$ 6.790.000,00, com sensíveis prejuízos para o órgão, uma vez que, parado e sem nenhuma aplicação, esse montante ficou reduzido em 20%, face a inflação reinante na época.

Os primeiros grandes problemas encontrados pela administração que assumia em 1975 foram a falta de recursos e também a falta de crédito da instituição, face ao não cumprimento em dia, dos compromissos assumidos pelo Instituto. "Foi uma luta que encentamos, com determina-



Efrem Lima, presidente do IPE, fala das finanças do órgão e dos seus programas em favor dos segurados.

ção e coragem, para conseguir superar esses dois problemas e partir para uma dinamização na administração do IPE. Vencemos os obstáculos e conseguimos, assim, meios para iniciar aquele trabalho que planejamos ao assumir a presidência do Instituto", explica Efrem. ESTRUTURA ATUAL — A estrutura atual do IPE, segundo o presidente, está acrescida em 50% da que ele recebeu em 1975, não só pelo elevado número de serviços que foram implantados na atual administração, como também pela ampliação do número de agências e representações nas cidades do interior.

O IPE atual, explica Efrem Lima, em face dos aumentos anuais concedidos aos seus pensionistas a partir de 1975, em percentuais nunca inferiores a 43,5% ao ano, e outros benefícios que foram criados em favor dos seus segurados, vem aplicando, mensalmente, 70% da sua receita de contribuição em benefícios e serviços a favor dos segurados, sem retorno algum.

Além desse percentual, o Instituto investe na Carteira de Empréstimos, mensalmente, a soma de Cr\$ 5.000.000,00, que corresponde às reservas atuariais do órgão, cuja obrigação de sua aplicação é tecnicamente necessária para manter atualizado o valor da moeda face à inflação.

"Para que o dinheiro arrecadado dos segurados possa render bem, implantamos no IPE uma política financeira de parcimônia nos gastos. Procuramos receber toda importância que lhe pertencia e através de aplicações em empréstimos fizemos render as reservas atuariais. Convém lembrar aqui, que o IPE não recebe subvenção de nenhum Ministério e se encontra com suas financas totalmente consolidadas".

CRÉDITO NATALINO — Para o corrente exercício, o IPE liberou a importância de Cr\$ 50 milhões para o pagamento de Crédito Natalino, pioneiro entre os Institutos em todo o Brasil, pelo qual o funcionário público pode realizar empréstimo de até um salário, para desconto em folha durante dez meses, a juros baixos.

Este ano, face ao conceito que o Instituto goza junto ao Comércio não só de Natal, como também do interior, pela seriedade com que efetua suas compras e a presteza com que as paga, conta com 261 firmas inscritas para o programa de Crédito Natalino, somente na Capital, e mais 171 firmas inscritas nas cidades do interior, numa demonstração do alcance que este programa teve, não só entre os seus segurados, mas no seio do próprio comércio.

"Este Programa de Crédito Natalino hoje é uma exigência dos segurados do IPE, que não permitem mais a sua extinção" - diz Efrem Lima.

CRÍTICAS A INVESTIMENTOS - Um pronunciamento feito na Assembléia Legislativa por parte do deputado Estadual Garibaldi Filho. gerou até atrito na bancada governamental, a ponto do líder do Governo, D ri Dantas, ter feito uma declaração em que qualificava alguns deputados de "homem de duas caras". Tudo começou com a solicitação por parte do deputado Garibaldi Filho, da dispensa, por parte do IPE, das contribuições previdenciárias dos Aposentados, alegando o parlamentar que, devido aos parcos rendimentos auferidos por estes, seria justo que o Instituto dispensasse essas contribuições, numa forma de ajudar a um grupo necessitado.

Como a proposta do IPE fosse negativa, sob a alegação de que não existiam recursos para cobrir o défi-



O deputado Garibaldi Filho condena a política administrativa do IPE, no que se refere à aplicação de recursos no mercado de capitais.

cit que seria originado pelo não recebimento dessas contribuições dos aposentados, o deputado Garibaldi Filho, na ocasião, fez ver à Assembléia que era falsa a alegação de falta de recursos apresentada pelo IPE:

"Como se pode alegar falta de recursos quando o IPE tem uma disponibilidade de Cr\$ 17.000.000,00 na bolsa de São Paulo? Aliás, esse dinheiro deveria estar aplicado em

nosso Estado, beneficiando a todos nós e não servindo para beneficiar um Estado rico como São Paulo. O Estado do Piaul, cujo Instituto é carente de recursos e não dispõe da estrutura do IPE, acaba de dispensar a contribuição dos aposentados. E porque nós, com uma estrutura consolidada - conforme o próprio presidente do IPE afirma não podemos prestar este beneficio àqueles que realmente estão necessitando?"

Ouvido a respeito do assunto, o Presidente do IPE tem sua defesa firmada:

"Considero as críticas feitas a minha pessoa, por ter autorizado o BANDERN a aplicar reservas do IPE na aquisição de ORTNs, uma crítica inconsciente. Não fomos nomeados para administrar o IPE tão somente para receber sua arrecadação e gastá-la. Não. Aqui chegamos com o propósito de fazer deste Instituto, uma entidade realmente prestadora de serviços, mantendo sempre um ritmo crescente de beneficios em favor de seus segurados. Como se sabe, o patrimônio do IPE pertence aos seus segurados. As reservas atuariais são indispensáveis tecnicamente, pois se trata de uma instituição previdenciária. Então perguntamos: Como manter atualizado o valor da moeda dessas reservas numa inflação monetária que este ano já atinge 67%?".



Acredita o Presidente do IPE que somente aplicando é que o Instituto terá condições de manter equivalente o valor de hoje com o de amanhã. Ele volta a falr:

"A alegação de que estarlamos desviando dinheiro de um Estado para aplicar em outro Estado rico, não procede. O que fizemos, foi adquirir ORTNs para ajudar ao Governo Federal a não emitir papel moeda e, em contra partida, carrear lucros para o Instituto. Além do mais, estando o IPE engajado num programa de aquisição de terrenos para construção de casas para seus segurados, necessita manter as suas disponibilidades num programa de imediata liquidez, como é o presente caso, o que não ocorreria se adquirlssimos ações ou títulos da RIONOR-TE, cujo prazo mínimo de liquidez é de seis meses. E o mais importante. se mantivermos as reservas em depósitos nos bancos, terlamos o seu valor desvalorizado pela inflação sem nenhuma rentabilidade. Esta política financeira que estamos encetando, acreditamos acertada e estamos por esta razão, tranquilos com as perspectivas futuras do Instituto com as obras que serão construidas em favor dos seus segurados".

Somente em 1979, o IPE já investiu a soma de Cr\$ 63 milhões em empréstimos simples, imobiliário, nupcial, escolar e para saúde. Adquiriu terrenos no valor de Cr\$ 5,8 milhões para futuras obras sociais e, até dezembro, serão aplicados mais Cr\$ 50.000.000,00 com o programa de crédito natalino.

SERVIÇOS PRESTADOS — O Instituto, na atualidade, presta uma gama de serviços que o segurado vem reputando de grande valia social:

a) financiamento para compra, reforma, construção ou ampliação da casa própria;

b) empréstimos simples, natalino, nupcial, saúde e escolar, sendo este último sem juros;

c) fornecimento de alimentos gratuitos a mãe gestante e ao lactente, num total de 800 beneficiados, através de convênio com o INAN:

d) distribuição de medicamentos da CEME, através de uma farmácia no Centro Clínico do IPE, onde os medicamentos são vendidos pelo preço de custo, acrescidos de 10% e quando o valor da receita ultrapassa Cr\$ 300,00 é vendida à prazo em três pagamentos com a carência de um mês:

e) cursos profissionalizantes de corte, costura e bordado, e datilografia, copista de máquinas elétricas, extensivo aos filhos dos segurados. Estes cursos são ministrados em prédio próprio do IPE, na av. Floriano Peixoto, 555, sendo, entre os congêneres, o IPE, único a manter esse tipo de serviços aos seus segurados;

f) instalação de uma UTI em convênio com o hospital da Polícia Militar:

g) assistência Odonto-Médica Hospitalar aberta, evitando filas que martirizam os beneficiários, característica atual da Previdência Social do país.

PRÓXIMAS METAS — Dentro de um programa pré-estabelecido a cada ano, visando continuar com a dinâmica posta em prática por sua administração, o Presidente do IPE aponta suas principais metas para 1980:

"Como metas fundamentais para o próximo ano, além da manutenção dos programas atuais, tem o IPE a construção de um Centro de Lazer, em terreno adquirido às margens da BR-101, onde serão instalados Piscinas, camping, restaurantes, salão de festas, parque infantil, quadras de esportes, 40 apartamentos e um pavilhão para o idoso".

"Em terreno adquirido ao ABC Futebol Clube, em Morro Branco, será construida uma escola maternal que vai proporcionar ensino para 700 crianças filhos dos assegurados. Em outros terrenos já adquiridos em Natal, serão construidas 1.000 casas para aquisição por parte dos seguradas do Instituto".

"No interior do Estado o IPE também tem um programa a cumprir: construção de 300 casas, novas agências e ampliação do quadro médico, odontológico e credenciamento em novos hospitais. Esses programas já constam da previsão da receita para o exercício de 1980, com seus recursos alocados no orçamento".



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: PRECARIEDADE É A TÓNICA

As empresas de prestação de serviços vêm-se constituindo numa eterna dor de cabeça para os usuários natalenses. Os clientes dessas empresas se queixam principalmente da má qualidade dos serviços, da impontualidade nas entregas e dos altos preços cobrados principalmente pelas "autorizadas".

A reportagem fez um levantamento da demanda dos principais serviços, da média de preços cobrados, com base em depoimentos de usuários. O resultado depõe contra as prestadoras de serviços, em especial aquelas que lidam com eletrodomésticos.

A pressa é inimiga da perfeição, diz um conhecido ditado. No caso das prestadoras de serviços essa regra é seguida à risca. Nunca se pode dar crédito aos prazos estabelecidos pelos técnicos de manutenção e recuperação de equipamentos mecânicos e eletro-eletrônicos. Quando o técnico consulta com ar eficiente o seu equipamento e diz (bastante seguro de si) "venha apanhar depois de amanhã" pode anotar na agenda dez ou quinze dias depois da data aprazada - embora, para maior garantia, duas ou três viagens antes dos quinze dias que o cliente aprazou sejam necessários para que o novo prazo seja cumprido. É necessário acrescentar que muito provavelmente outras viagens serão necessárias, para recuperar os defeitos dos "reparos". E no final, da forma mais impessoal e técnica possível, a vítima recebe a conta, devidamente explicada num idioma incompreensível não mais restando outra alternativa senão assinar o cheque se sentindo o mais imbecil dos seres humanos. É, porque nesse episódio do pagamento, o brasileiro - auto-considerado o homem mais esperto do mundo - se sente vítima de um verdadeiro conto-do-vigário. Caiu por terra a sua infalível esperteza. A maioria dos usuários consultados pela reportagem preferiu o anonimato, como que temerosos de que a divulgação de seus nomes os incluísse no anedotário da cidade. O



O conserto de aparelhos eletro-domésticos custa muito caro e quase sempre é mal feito.

mito da esperteza do brasileiro seria mostrado a nu, ressalvada, para o nosso orgulho, a esperteza da outra parte envolvida na estória: os "técnicos" tupiniquins.

AS AUTORIZADAS — As chamadas "oficinas autorizadas" levam uma vantagem na preferência dos clientes: a garantia. E essa é a única vantagem - que resulta numa desvantagem para o usuário.

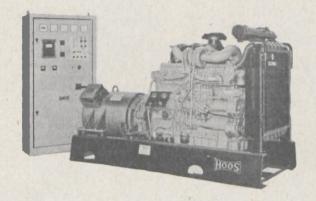
Certo de que a preferência é inquestionável pelo aspecto da garantia, a oficina autorizada se preocupa pouco com eficiência - até pela carência de uma estrutura adequada para atender à demanda. Em compensação, o usuário paga pela garantia uma vez que os preços de tais oficinas é sempre de valor superior ao do mercado. Ainda assim, os números comprovam a preferência pelas "autorizadas": 80% dos servi-

PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS ÁREAS DE UTILIZAÇÃO

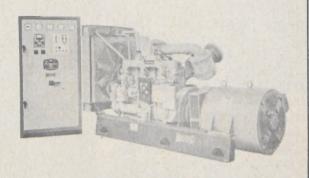
EM EMERGÊNCIA: hospitais, aeroportos, construção, prédios comerciais, residenciais, mineração, etc.

SERVIÇO CONTÍNUO: nas diversas aplicações industriais, comerciais e residenciais.

GRUPO DIESEL-GERADORES trifásicos construção monobloco

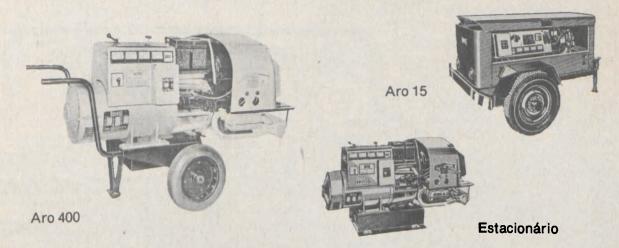


Unidades singelas de 200 a 330 KVA



FORNECIDOS COMPLETOS
PARA USO IMEDIATO

GRUPO GERADOR A GASOLINA - 20 KVA



COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

Av. Salgado Filho, 2860 - Fones: 231-1549 — 231-2725 59.000 — Natal-RN.



ços são encaminhados para essas oficinas, contra cerca de 20% nas demais.

As revendas de automóveis, que mantêm as oficinas autorizadas, registram uma média de entrada de 60 veículos por dia para consertos, com preços que variam de Cr\$ 120,00 (mão-de-obra para mudança de platinado) a Cr\$ 20.000,00 (mão-de-obra para serviços de lanternagem, pintura e reparo do motor). Os serviços não correspondem exatamente aos valores cobrados. Numa dessas oficinas, uma cliente irritada, reclamava que mandara substituir velas, platinado, condensador - além da limpeza do carburador - pagando Cr\$ 400,00 de mão-de-obra e Cr\$ 370,00 de peças (e exibiu as notas e recibos). Três quilômetros depois de sair da oficina, o carro "deu o prego", o que a obrigou a voltar à mesma oficina para solicitar um mecânico. Não encontrando o mesmo mecânico que trabalhara no seu carro. levou um outro. Este, depois de examinar o carro, deu o diagnóstico: platinado, velas e condensador gastos.

As reclamações se concentram também nas revisões de veículos novos. Um outro cliente revelou até um artificio usado por uma "autorizada", exatamente em cima do fato que aparentemente demonstrava o maior critério da oficina na reposição de peças: o hábito de devolver ao usuário as peças gastas ou imprestáveis que foram substituídas. Pois bem, esse usuário presenciou um mecânico arrecadar uma peca aparentemente gasta e colocar no piso de um veículo que estava na revisão, sem substituir a peça original. A criatividade não é caracteristica estranha às oficinas.

LAVAGENS — A proprietária de um veículo quase teve um prejuízo de grande vulto num posto de lavagem. Mandou lavar e lubrificar o seu carro, com a troca de óleo do motor. Recebeu o carro e pagou pelos serviços e três litros de óleo. Antes de chegar em casa percebeu a luz indicadora do óleo acesa. Parou



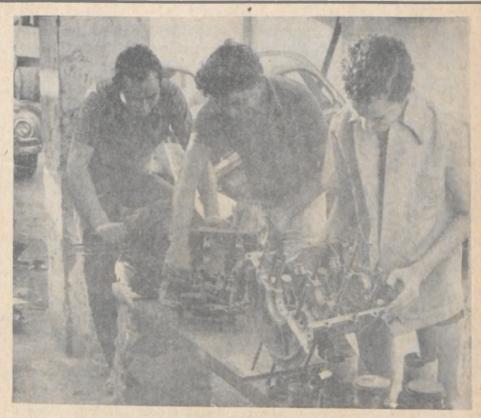
Lavagem e lubrificação de automóveis: um serviço simples que às vezes o descuido dos postos transforma numa dor-de-cabeça.



no primeiro posto que encontrou e mandou que examinassem o nível do óleo. Constatou que ao invés de dois litros e meio que era a capacidade do veículo, havia apenas meio litro.

É comum encontrar nos carros que foram encaminhados para lavagem e limpeza, sujeira debaixo dos bancos, manchas de óleo na pintura, bancos sujos, água por baixo dos tapetes. E o preço do dia é de Cr\$ 250,00 por uma lavagem geral. Num posto de lavagem e lubrificação da Ribeira, um usuário reclamou da falta de limpeza na parte interna do seu carro recebendo a dura resposta do proprietário: "Se não gostou não volte mais. Não gostamos de fregueses que reclamam". Há ainda jóias mais preciosas de irresponsabilidade. Certo cliente, reclamando do péssimo serviço de limpeza do seu carro, recebeu a explicação do proprietário de que os serviços tinham sido executados por autônomo e pelo fato de não serem os lavadores empregados do posto, não tinha responsabilidade. Entretanto, esse cliente pagou contra a nota do posto, que mantém em seu poder.

MANUTENÇÃO E REPAROS — Proliferam pela cidade empresas que dão manutenção aos aparelhos de ar condicionado. Os principais clientes são repartições públicas e empresas. A aludida manutenção consta apenas da limpeza de um filtro periodicamente. Mas os técnicos sempre descobrem um defeito no aparelho. E devem sempre encontrar, porque o grande negócio é o de reposição de peças, onde além do custo da peça, é incluido o valor do imposto, da mão-de-obra e, naturalmente, o lucro da operação. A taxa de manutenção, geralmente simbólica, serve apenas para garantir o vínculo do cliente com a prestadora. Uma grande repartição federal, recentemente, pagou por dez aparelhos que foram levados para "conserto", Cr\$ 100.000,00. Naturalmente o conserto foi feito pela empresa encarregada pela manutenção. E a manutenção, como todos sabem, tem caráter preventivo. Quer dizer, o responsável indireto pelo dano nos dez aparelhos seria a



Nas oficinas mecânicas, o grande drama do proprietário de automóvel natalense.



mantenedora que não demonstrou eficiência, deixando que dez aparelhos simultaneamente se danificassem. Uma firma do Alecrim mandou reparar o seu aparelho de ar condicionado, adquirido há apenas um ano. Pagou pelo conserto Cr\$ 5.000,00. O aparelho custara há um ano atrás 18 mil cruzeiros.

Apenas duas empresas executam serviços de manutenção de elevadores em Natal. Uma dessas empresas detém quase que 80% dos serviços. É um negócio da china. A cada visita mensal (a manutenção) os técnicos colocam graxas e óleos nos lugares devidos. E cobram 4 mil cruzeiros pelos "serviços". Se houver necessidade de reparos, de maior monta, a mão-de-obra é cobrada "por fora", juntamente com as peças repostas.

ELETRODOMÉSTICOS — A maior concentração de prestadoras

de serviços de reparos se concentra no setor eletro-eletrônico, que se convencionou chamar de eletrodomésticos. E a major demanda de servicos também. Somente em consertos de liquidificadores, cada oficina tem em média 12 a 20 clientes por dia, com preços que variam de 80 a 300 cruzeiros. Enceradeiras quebram menos - a incidência é de 4 a 6 consertos por dia, com preços de 80 a 400 cruzeiros. Batedeiras, Secadores, Ventiladores e outros aparelhos, exceto os de som e os televisores, alcançam uma média de 5 aparelhos por dia, variando o preço do conserto entre 50 e 200 cruzeiros. Em todos esses aparelhos a média de entrega dos equipamentos "reparados" para nova verificação é de 40% (dois aparelhos para cada cinco).

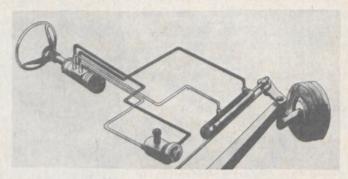
Oito a doze televisores preto e branco e dois a quatro coloridos são levados diáriamente a conserto, em cada oficina da cidade. Os preços variam. Televisor P&B é mais barato que os coloridos. A mão-de-obra custa em média 400 cruzeiros. Com a reposição de peças, o serviço fica em torno de 500 e 2.000 cruzeiros. O TV colorido tem a mão-de-obra cotada a 800 cruzeiros e os consertos variam de 1.500 a 8.000 cruzeiros. Cerca de 16 equipamentos de som dão entrada por dia para reparos, com preços variáveis de 600 a 3.000 cruzeiros.

OS INTERMINAVEIS — A maioria dos defeitos apresentados pelos eletrodomésticos, principalmente televisores e equipamentos de som, já foram batizados como "intermináveis". O aparelho é consertado e um mês depois volta à oficina com o mesmo defeito e assim sucessivamente até o possuidor perder a paciência e comprar um novo equipamento. Enquanto isto, já deixou pelo menos o valor igual à metade do novo equipamento, quando não gastou o valor equivalente a um novo.

Com Direção Maxidrive, manobrar não requer tanto esforço quanto parece.



Não importa o peso do veículo ou as adversidades do terreno. Permitindo que a ligação entre a direção e as



rodas seja feita apenas hidraulicamente, o revolucionário sistema Maxidrive é formado por uma direção hidrostática comandada facilmente através do volante, proporcionando assim uma resposta imediata ao comando da direção, sem exigir nenhum esforço por parte do operador.



LOJÃO Nº 2

Av. Salgado Filho, 1841 Tel.: 231-1010 59.000 — NATAL-RN

Uma organização IVANILSON ARAÚJO



A reportagem presenciou a reclamação de um proprietário de televisor que, em apenas 10 meses de uso, voltava a uma oficina da Cidade-Alta pela 14ª. vez para reparos. O proprietário levava as notas correspondentes aos reparos. Somadas essas notas, o total gasto com reparos chegava a 13.750 cruzeiros - exceto as revisões grátis - e o televisor custara 7.100 cruzeiros.

O mesmo acontece com máquina de escrever. Nas oficinas especializadas, principalmente nas autorizadas ou credenciadas, passam diariamente uma média de 12 a 18 máquinas elétricas ou mecânicas. Os serviços mais comuns são os de limpeza e lubrificação, recolocação de tipos e mudança de teclados. Os consertos variam de 400 a 10.000 cruzeiros. Existem os contratos de manutenção também para essas máquinas, mas muitas das empresas usuárias estão rescindindo os contratos. alegando que, além de muito cara a manutenção, as mantenedoras só aparecem quando são requisitadas e geralmente cobram uma exorbitância pelas reposições de peças, de nada adiantando a cobertura da mãode-obra nos contratos de manutenção.

SAPATOS E LAVANDERIAS — A rigor, em Natal só existe uma firma especializada em conserto de sapatos - afora os sapateiros isolados. Essa empresa recebe uma média de 20 a 60 sapatos por dia para conserto e seus preços oscilam de 20 a 300 cruzeiros (reforma geral do sapato).

Cada lavanderia recebe uma média de 60 a 120 peças de roupas por dia - uma frequência bastante irrisória considerando a população da cidade e o fato de existirem poucas lavanderias. Os preços vão desde 16 cruzeiros (lavagem de calça) a 120 cruzeiros (vestido), de conformidade com tabela baixada pela SUNAB.

O caso dos "biqueiros" (os consertadores individuais, ambulantes) é controlado pelas leis de mercado. Quando um bombeiro hidráulico está há algum tempo sem trabalhar, o seu preço varia de conformidade com o interesse demonstrado pelo cliente e o conhecimento deste do ofício. Dependendo dessas duas condições, poderá ocorrer o seguinte (e o exemplo ilustrativo serve para eletricista, carpinteiro, etc.):

1) o avulso é procurado e o cliente lhe informa que quer colocar uma luva de redução de 3/4 num cano do banheiro. A linguagem já demonstrou um certo conhecimento do fregues e ele - o cliente quer efetuar o serviço...e quer saber preço. O avulso, sem serviço, considerando o razoável conhecimento do usuário e o pré-ajuste do preço, sujeito a barganha, cobrará 50 cruzeiros;

2) no mesmo caso, o cliente diz apenas que quer fazer um reparo no banheiro - o que permite ao avulso informar ao freguês que vai examinar o local e que só depois de ver o serviço dará seu preço. Vai, faz o serviço e depois, quando não há nenhuma possibilidade de barganha pois o usuário passa a devedor, cobra 200 cruzeiros;

3) o freguês, inexperiente, demonstra extrema carência do serviço, e até informa da dificuldade de encontrar o profissional solicitado. O técnico vai, examina com ar grave e depois de enumerar uma série de dificuldades, faz o serviço. E apresenta uma conta de 500 cruzeiros.

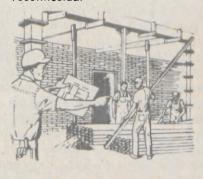
Um freguês levou um desses trabalhadores avulsos que fazem ponto na CÁERN para desobstruir os canos da pia e do esgoto. Depois de 2 horas de trabalho, o serviço foi concluído e o técnico, tranquilamente, cobrou 2 mil cruzeiros. O freguês negou-se a pagar e a discussão foi terminar na delegacia de plantão, onde, sob as vistas da autoridade policial, foi, afinal, celebrado o acordo - pela metade, isto é, mil cruzeiros.



economia, simplicidade e qualidade.



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.





A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones: 222-1543 — 222-4677 — 222-3513 Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

FARMACOLOGIA UM NOVO CAMPO DE PESQUISAS NA UNIVERSIDADE

Importantes pesquisas no campo da Psicofarmacologia estão sendo levadas a cabo pelo Centro de Pós-Graduação da UFRN. Embora se trate de estudos voltados principalmente para o campo médico, tais trabalhos se envolvem com problemas sociais do Rio Grande do Norte e procuram encontrar em nosso próprio meio os remédios para alguns males. Vale a pena conhecer o que está sendo feito pela equipe de médicos e professores da nossa Universidade.

O Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte vem realizando um importante trabalho de pesquisa no campo da Psicofarmacologia, ciência que se volta para o estudo dos efeitos das drogas no sistema nervoso, bem como sua atuação no metabolismo humano, suas indicações e contra-indicações. Inicialmente, o Departamento de Fisiologia utiliza nessas pesquisas específicas, o saguin por ser um animal que se presta de forma quase perfeita para as amostragens necessárias -, bem como o maracujá, como elemento fornecedor da ação sedativa, capaz de substituir inúmeros tipos de drogas e diminuir sobremaneira a ação das multinacionais no mercado paralelo de medicamentos. Esses trabalhos de pesquisa já decorrem de programa do Centro de Pós-graduação mantido pela UFRN, que terá âmbito regional.

Em 1977, através de intercâmbio com o Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina (EPM), o Departamento de Fisiologia do Centro de Biociências da UFRN, iniciou um movimento objetivando a implantação em Natal, de um Curso de Pós-Graduação em Psicofarmacologia. O projeto enfatizava a necessidade de dar prosseguimento - a nível de pós-graduação - aos cursos de especialização já mantidos no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do



Maria Inez Wanderley, coordenadora do Centro de Pós-Graduação, fala com entusiasmo sobre os resultados das pesquisas.

Norte, assim como a dar extensão aos cursos de especialização feitos fora do Estado.

UMA JUSTIFICATIVA — O reforço ao projeto decorreu de experiências anteriores, vividas por professores e alunos, quando, vindos de cursos de especialização em centros mais adiantados, paralisavam as pesquisas iniciadas ou não dispunham de condições especiais para desenvolvê-las com êxito. A UFRN

não dispunha de equipamentos especializados; a sua Biblioteca não tinha publicações nacionais e estrangeiras capazes de fornecer os subsídios necessários; não havia infraestrutura técnico-administrativa capaz de impulsionar sequer as pesquisas mais elementares.

Considerando todos os impasses e confrontando-os com as vantagens que a Universidade e a própria comunidade estadual aufeririam com a criação de um centro destinado à pesquisa aplicada, o Departamento de Fisiologia elaborou um projeto que denominou de "Implantação de um Centro de Pesquisa no Nordeste", em que solicitava recursos da ordem de 4,3 milhões de cruzeiros. O projeto recebeu aprovação da direção da UFRN e foi encaminhado ao FINEP (Fundo de Investimento de Estudos e Pesquisas) recebendo imediata aprovação. Recursos da ordem de Cr\$ 1 milhão, correspondente à primeira parcela, já estão sendo utilizados em custeio da implantação do projeto. Os restantes Cr\$ 3,3 milhões estarão disponíveis no próximo ano, para serem aplicados no centro de Pós-Graduação em Psicofarmacologia.

Independentemente da liberação de recursos e do próprio projeto, o Centro já funciona desde 1971, operando em intercâmbio com o Departamento de Psicobiologia da EPM. Em 1978 recebeu do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) 235 mil cru-

zeiros, entretanto, funcionava precariamente, muito mais pelo espírito de abnegação dos professores e alunos, conforme depõe a coordenadora do Centro, Maria Inêz Wanderley, Mestre em Fisiologia e integrante do Departamento de Fisiologia.

Explica ela: "O Centro de Pós-Graduação já tem dois anos de existência e considerando-se a insuficiência de recursos face ao ambicio-so programa que pretendíamos realizar, podemos dizer que os resultados foram bastante satisfatórios. A abnegação e o amor à causa médica supriram as carências de recursos".

A professora Maria Inêz Wanderley acredita que na segunda etapa do projeto, os objetivos serão alcançados, com a plenitude de funcionamento do Centro, graças a conscientização da equipe, "que amadureceu e desenvolveu o espírito criativo a partir da exiguidade de recursos, assim como pelas condições de infraestrutura adequada que agora deverão ser obtidas".

A PRIMEIRA TURMA - No final deste ano, o Centro está formando a primeira turma, composta de três Mestres, que se constituirá no primeiro grupo de pesquisadores docentes de um Centro de Pós-Graduação em Farmacologia, no âmbito de assistência de todo o Nordeste. Resta apenas, prossegue a Professora Maria Wanderley, "um maior do intercâmbio estreitamento com os pesquisadores da Escola Paulista de Medicina - o que será obtido graças à renovação do convêcio com a UFRN, por um novo perlodo. Esse estreitamento de relações evitará a solução de continuidade dos trabalhos de ensino e pesquisa, uma vez que dentro do grupo já há formado um espírito científico e uma razoável massa crítica".

Os graduados que estão concluindo o curso são os professores Nilton Bezerra do Vale (Farmacologia), Márcio José Capriglione (Psicologia) e Clodomir Cosme da Silva (Fisiologia). A UFRN colaborou, sem medir sacrifícios, para a montagem das instalações físicas. Foram instalados seis novos laboratórios, com



Nilton Bezerra do Vale, professor de Farmacologia, pesquisa a ação sedativa do maracujá.

equipamentos indispensáveis às quatro teses de Mestrado, e dois Biotérios - um para ratos Wistar e outro para camondongos brancos. O centro já conta com uma colônia de cerca de 800 ratos, desenvolvida a partir da criação em cativeiro de 50 casais, o que permite o fornecimento de animais para realização de trabalhos experimentais em outros cursos de graduação da UFRN e até da Paraíba.

SAGUINS — Além dos dois Biotérios, o Centro mantém um Núcleo de Primatas Autóctone (o popular saguim). Esse animal, segundo Maria Inês Wanderley, "possui um comportamento muito semelhante ao do homem, dal o seu valor para pesquisa científica. Nosso Estado tem sido um "habitat" preferencial desse primata. Aqui mesmo em Natal, nas áreas verdes, ele pode ser encontrado em abundância".

Os professores paulistas, segundo a coordenadora do Centro, têmse mostrado suspresos com os resultados da criação e da reprodução desses animais em cativeiro, controlados pela equipe da UFRN. Atualmente, o Departamento de Fisioterapia da Universidade mantém uma colônia com 60 casais de saguins, sob a supervisão do professor Jair Nascimento Alvarez (veterinário). O objetivo do Núcleo de Primatas é a utilização desses animais em pesquisas de Psicobiologia. A criação dos saguins obedece a elevados padrões técnicos de criação e reprodução em cativeiro, já que o crescimento urbano tem determinado a diminuição progressiva dessa espécie nas cercanias de Natal. As espécies apresadas são originárias do distrito de Igapó, única área próxima a Natal onde o animal vive em estado natural. Maria Inês Wan-



derley informa que há interesses de nações estrangeiras pela importação de saguins: "A Suécia, por exemplo, tem o preço do saguim cotado em até 6 mil cruzeiros".

Em cativeiro, o ciclo reprodutivo do saguim é de 5 meses e os partos acusam a ocorrência de até 3 gêmeos.

MARACUJÁ - Nilton Bezerra do Vale, professor da Farmacologia e um dos participantes do Curso de Pós-Graduação, está desenvolvendo uma pesquisa visando determinar a ação sedativa do maracujá (Passiflora-edulis) baseado na crença popular de que se trata de um medicamento da flora muito comum no uso como calmante. A pesquisa verificará se procede a crendice ou se carece de verdade científica se não passa de uma panáceia qualquer eleita pelo costume popular. O estudo dessa planta se encontra na fase de isolamento há cerca de dois anos e a previsão para conclusão da pesquisa é de mais três anos. Se positivados os resultados, na fase final será testada a capacidade de comercialização e industrialização como medicamento tranquilizante, utilizado na medicina terapêutica. A consequência econômica dessa pesquisa pode ser avaliada por declarações do professor Nilton Vale, segundo a qual circulam em todo país cerca de 100 sais tranquilizantes, dos quais 97 são importados de indústrias farmacológicas do exterior o que em termos monetários representa uma evasão de divisas de aproximadamente 3 milhões de dólares por ano com a importação. Se o maracujá foi viabilizado comercialmente, a economia de divisas para o país será substancial.

ALCOÓLATRAS — Os professores Lúcio Flávio de Souza Moreira, Márcio José Capriglione e Jandira Mansour desenvolvem outra pesquisa: estudam o consumo do álcool em pacientes que procuram os ambulatórios de hospitais da capital e do interior do Estado. Nas cidades de



Clodomir Cosme da Silva, aluno do curso de pós-graduação, estuda as causas do estresse.



Lúcio Flávio Moreira, junto com outros professores, estudam o nível do consumo de álcool nos pacientes que procuram a rede hospitalar.

grande movimentação urbana, o álcool age como aliviador de tensões. Partindo desta constatação, a equipe faz um comparativo entre alcoólatras de Natal e do município de Santo Antônio, levando em conta que antes do grau de alcoolismo (que é classificado na ordem de Grau Zero para os abstêmios; Grau I, para os frequentes; Grau II, para os ligei-

ros; Grau III para os moderados; Grau IV para os pesados) há o problema das tensões sociais. O estudo é feito com base no número de pacientes que procuram o ambulatório de Natal, com doenças hepáticas, pressão alta e doenças cardíacas. A pesquisa já determinou a incidência de 32% de bebedores pesados para Natal e 27% para os do



município de Santo Antônio. Estes índices são válidos para homens. "Agora, para as mulheres em grau IV - informa o professor Lúcio Flávio - Natal apresenta 5% contra 4% do município de Santo Antônio". A predominância no índice da capital sobre o interior fez com que os pesquisadores identificassem como possível causa, o grau de urbanização da metrópole. Prossegue Lúcio Flávio, dando conta de que "grande parte dos pacientes que procuram os ambulatórios dos hospitais com queixas de várias doenças, têm no álcool o fator etiológico para algumas dessas doenças'.

Além dessa pesquisa, os professores realizam também estudos a nível básico em animais de laboratório (ratos albinos) relativos a tolerância ao álcool.

ESTRESSE - Outra pesquisa que trata do estresse vem sendo conduzida pelo fisiólogo Clodomir Cosme da Silva:

"Trata-se da prevenção da supersensibilidade de receptores dopaminérgicos aliciada por privação do sono paradoxal pela administração crônica de lítio. Isto significa que a dopagima é elemento neuro transmissor central e que precisa dos receptores para atuar e, se estão supersensíveis, respondem com mais eficácia à dopamina, dando maiores respostas comportamentais''.

E, conclui o fisiólogo:

"Estresse é doença muito comum nos dias atuais. Tem sua origem nos momentos de tensão porque passa a população na luta pela vida, no dia-a-dia ofegante; a diminuição do tempo de sono provoca nas pessoas desequilíbrios emocionais.

Nessa pesquisa são utilizados ratos do Biotério do Centro e neles são aplicados drogas que provocam estresse com a privação do sono paradoxal. Estes testes, segundo Clodomir, tentam determinar até que ponto o estresse pode alterar a ação das drogas que atuam sobre o sistema nervoso central.

Estamos lançando um óleo que é um verdadeiro seguro contra a ferrugem



Chegou PROTEGE o primeiro anti-corrosivo à base de mamona e oiticica. Isso significa a formação de uma resistente camada protetora por onde a ferrugem não entra.

Para ter um carro sempre limpo, aplique PROTEGE na hora da lavagem.

Os melhores postos de serviço já estão usando PROTEGE, o mesmo que você encontra, também, nos supermercados.

Contra a ferrugem, PROTEGE protege mesmo.

Traga PROTEGE para sua casa e livre-se da ferrugem em eletro-domésticos, fechaduras e artigos metálicos - o seguro contra a forrugem PROBLEG

Qualidade

uma empresa do GRUPO SALHA

Nascer pensando grande

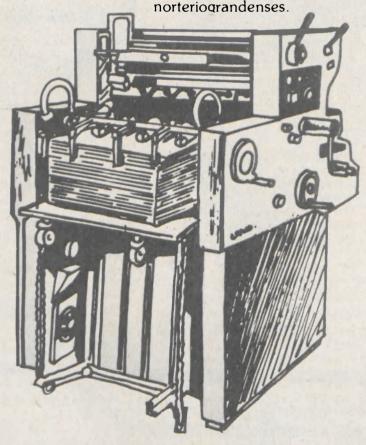
No final de 1969, quando colocamos na rua o primeiro número de RN/ECONÔMICO, estávamos dispostos a iniciar uma luta que muitos consideravam inviável. Queríamos anunciar a chegada do desenvolvimento, falar de riqueza, divulgar os negócios locais, promover o empresário, difundir as oportunidades econômicas do Rio Grande do Norte.

Formamos uma equipe com ótimos jornalistas, arregaçamos as mangas e nos entregamos de corpo e alma a um trabalho que - tínhamos certeza - seria entendido e apoiado pela comunidade. O começo, como em todo

> empreendimento pioneiro, foi difícil: houve incompreensões, descrédito, desestímulos. Houve até quem nos fechasse a porta. Mas foi muito maior o número dos que confiaram em nossa idéia e dos que nos asseguraram o indispensável apoio material para que a revista se consolidasse e passasse a chegar às

> > norteriograndenses.

mãos de um número cada vez maior de



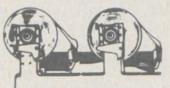




Continuar crescendo

Hoje, 10 anos depois, mais de 100 edições lançadas, somos uma revista que todo norte-riograndense conhece, que todo empresário lê com interesse. Possuímos nosso próprio parque gráfico com dezenas de máquinas modernas. E no próximo ano deveremos ter uma impressora rotativa offset, cujo processo de importação já está em andamento.

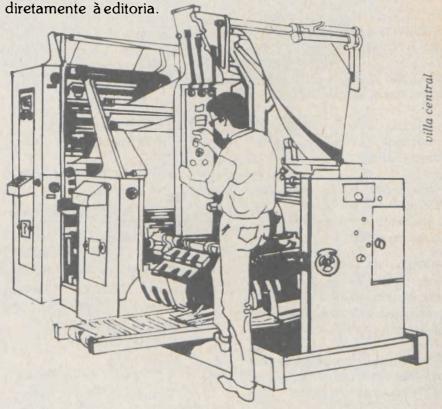
Nossa meta é continuar divulgando e valorizando o trabalho, o pensamento e as realizações do homem de negócios do Rio Grande do Norte, dando-lhe apoio, lutando lado a lado, ajudando-o a gerar empregos e riqueza. Estamos conscientes de que só teremos desenvolvimento e só seremos um Estado forte quando tivermos empresas sólidas e numerosas. Por isso, em todas as horas, estaremos ao lado e em defesa da nossa iniciativa privada.



Agora vamos lançar a edição comemorativa dos 10 anos de RN/ECONÔMICO. Esta é uma boa hora para mostrar resultados. Para isto as empresas do RN po-

dem, desde já, dispor do espaço da revista.

Os anúncios podem ser reservados através das agências, ou



AGENDA DO EMPRESÁRIO

OBRIGAÇÕES DIVERSAS PARA O MÉS DE NOVEMBRO

Dia 10 — Último dia para recolhimento do PIS/Faturamento referente a maio/79;

- Prazo final para recolhimento do PIS/Folha de Pagamento do mês de majo/79:
- Último dia para requerer, através do DRC, os DIPIS necessários ao cadastramento de empregados admitidos no mês anterior;
- Prazo final para remessa ao IBGE das 2^a. vias das notas fiscais referentes às operações interestaduais do mês anterior.
- Dia 15 Último dia para as Empresas comunicarem a Delegacia do Trabalho as dispensas ou admissões de empregados registrados no mês de outubro.
- Dia 20 Prazo final para entrega dos documentos para cadastramento no PIS dos empregados admitidos em outubro e que estejam sendo cadastrados pela empresa.
- Dia 28 Prazo para entrega do ISTR referente a transportes de passageiros e cargas;
- Último dia para envio das 3 primeiras vias do Anexo - I à DRT.
- Recolhimento do IPI, fato gerador em maio, junho, julho, agosto setembro e outubro;
- Prazo final para recolhimento do IUM ao Banco do Brasil, do imposto incidente sobre as operações realizadas em outubro;
- Último dia para recolhimento do Imposto de Renda descontado na fonte dos empregados e dos rendimentos pagos a título de comissão, honorários, etc., no mês anterior;
- Prazo final para depósito das importâncias correspondentes às remunerações pagas em outubro;
- Recolhimento ao IAPAS das importâncias descontadas em folha de pagamento dos empregados,

acrescidas das contribuições patronais.

- Dia 28 Recolhimento das importâncias a título de contribuição pela emprêsa que remunera trabalhadores autônomos (8% sobre o que exceder o seu salário-base), até o limite do teto máximo de contribuição, relativas ao mês anterior;
- Prazo final para pagamento do ICM correspondentes as operações realizadas no mês anterior;
- Último dia para pagamento do ISS referente as operações do mês anterior.

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Trabalho acaba de fixar normas referentes a multas que serão impostas às firmas nos seguintes casos: a) - extravio ou inutilização da Carteira por culpa da empresa: multa de valor igual à metade do valor de referência regional; b) - retenção da carteira, pela empresa, por mais de 48 horas; multa igual à metade do valor de referência regional, além de constituir contravenção penal, punível com pena de prisão simples, de um a três meses, para o responsável pelo fato.

LISTÃO DE EMPRESAS DEVEDORAS

O Ministério da Previdência Social autorizou a divulgação do listão das empresas privadas que até 31.8.79 não saldaram seus compromissos com a Previdência Social. Já foi iniciada a cobrança judicial que irá até a penhora dos bens das empresas.

CONSELHO MONETÁRIO DISCUTE "CHEQUE"

Em sua próxima reunião do dia 14 de novembro, o Conselho Monetário Nacional estará reunido unicamente para debater um assunto que é considerado de suma importância: a moralização do cheque.

PESADAS MULTAS PARA CORRETORES NÃO AUTORIZADOS

O Conselho Federal de Corretores de Imóveis baixou resolução estabelecendo que as pessoas físicas e jurídicas que exerçam com habitualidade a profissão de corretor de imóveis sem serem devidamente inscritas em Conselho Regional, estarão sujeitas à multa de 50 a 100 ORTN, de Cr\$ 20.035,00 e 40.071,00.

PRORROGADO BENEFÍCIOS AOS HOTÉIS

Através da Resolução CONTUR n°. 1.219 ficou prorrogado até 31.12.1985, o prazo para aplicação dos critérios de concessão do benefício da redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis a hotéis e outros meios de hospedagem.

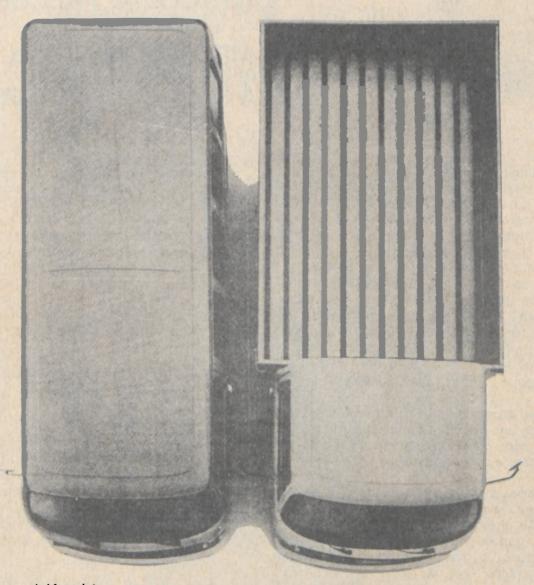
REFORMA TRIBUTÁRIA

A atual política tributária que distribui à União 70% do total dos impostos arrecadados, ficando os 30% restantes para distribuição entre os Estados (20%) e Municípios (10%), vai passar por uma reforma total, devendo sofrer alterações, restituindo aos Estados o poder de tributar (criação de impostos e alterações de alíquotas), dotando-os, ainda, de um imposto progressivo.

FISCALIZAÇÃO DA CARNE

Estudos estão em fase final, para atribuir aos Estados participação ativa e efetiva na fiscalização da carne, principalmente junto aos açouques e abatedouros, cobrando impostos e coibindo o abaté clandestino, visando: a) impedir o ingresso descontrolado no mercado de carne de São Paulo, Rio, Brasília e Belo Horizonte, b) cobrar ICM, a fim de desestimular a alta do preço do pecuarista para o frigorifico. A fiscalização será a nível de Secretaria Estadual da Fazenda em cooperação com órgãos do Governo Federal, devendo produzir resultados a curto prazo, inclusive possibilitando um aumento na arrecadação do ICM.

Uma notícia tão grande quanto a Kombi



A Kombi continua generosa.
O prazo para pagamento,
tanto da Kombi Standard
como da Kombi Furgão e da
Kombi Pick-up, é de um ano e
meio. Um ano e meio que você
pode ir e vir transportando
até uma tonelada de carga, e
tendo o maior lucro.

Você sabe o quanto a Kombi é econômica, ágil, resistente, potente. Aproveite agora para entrar na sua. Venha ver os planos de pagamento. Temos a maior variedade. Inclusive com o seu carro usado bem avaliado entrando no negócio

Venha ver de perto a Kombi que melhor vai dar conta do seu recado.

E, pela sua grande escolha, aceite o maior abraço.



MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140 Rua Presidente Sarmento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212



Paulo Pereira dos Santos

CONTROLE DE PREÇOS A MELHOR POLÍTICA PARA O ATUAL MOMENTO

As medidas tomadas recentemente pelo govêrno, no tocante ao controle de preços, não representam uma solução definitiva. Contudo, para o momento econômico atual, são o melhor lenitivo encontrado.

Os últimos reajustes salariais, os "corretivos" dos prêços do petróleo e o déficit governamental pressionaram bastante a elevação da taxa inflacionária para 7,7% no mês de setembro. Essa taxa alta, evidentemente, surpreendeu e assustou o Ministro Delfim Netto. E a medida mais rápida e viável para frear, temporáriamente, essa corrida dos preços, é o seu controle pelo Governo.

Já que se espera uma safra no segundo quadrimestre do ano vindouro forçando o índice inflacionário para baixo, acreditamos que até aí cessará a ação da política de prêços.

O que nos está preocupando é a duração desse sistema controlador. Não há a menor dúvida de que o controle direto dos preços é um instrumento importante, que bem dosado e aplicado no momento oportuno, minimiza o fluxo acelerado da subida dos prêços. Mas não pode ser por muito tempo, a exemplo de experiências havidas nas economias de outros países.

Os Estados Unidos e outros países adotaram amplamente essa política durante a Segunda Guerra Mundial e até um certo tempo posterior a este conflito. Entretanto, esse sistema controlista não correspondeu ao que se esperava, mostrando-se cada vez mais ineficaz, perdendo assim completamente sua credibilidade. E esses países, por conta disso, foram forçados, já na década de 1940, a restabelecerem o mecanismo de preços competitivos e a política monetária. A Alemanha, na época, teve que reformular todo o seu processo de controle direto de preços, sendo seguida por outros países da Europa.

Na verdade, esse sistema de controle, quando dura muito tempo, desestimula as unidades produtoras da economia, gerando um clima de frustração e incertezas no meio empresarial. Apesar disso, achamos que neste momento da economia brasileira está se fazendo necessário esse tipo de política, porque o problema econômico do Brasil é um pouco diferente dos demais países, dadas as suas características próprias e sua altíssima taxa de inflação. Se formos esperar pelo aumento da produção agrícola, que só se dará, como se prevê, no próximo ano, o índice inflacionário irá alcançar a casa de 80% ao ano, taxa esta que caracteriza um encaminhar em direção à hiperinflação, bastante nociva à economia nacional.

Como se vê, o problema é de difícil solução. Exige sacrifício do empresariado e de todos os brasileiros.

Um outro aspecto que nos provoca preocupação é essa política ser aplicada rigorosamente, apenas, a alguns produtos e empresas. Isto nos parece muito incoerente e demonstra que está havendo privilegiados. O caso da Indústria automobilística que continua na chamada ''liberdade vigiada'' é um exemplo patente disso.

Os defensores e interessados dessa indústria alegam, entre outros motivos, que a constante alta de preços do ferro, as taxas de importação e os aumentos salariais são as razões maiores que justificam a "liberdade vigiada". Mesmo assim, a explicação não apresenta fundamentos suficientes para justificar essa discriminação. Ora, os preços das matérias primas, dos materiais secundários e insumos das pequenas, médias e das outras grandes empresas, sobem também. Então, não há, nos parece, motivo justo para essa exceção. Se as indústrias automobilísticas com seus lucros astronômicos não podem arcar com esses ônus, avaliem as empresas de menor porte. Esse estado de coisas nos deixa perplexos.

Apesar de serem um lenitivo - e não poderiam ser diferentes - as medidas controlistas do Governo deverão dar bons resultados, desde que não perdurem por longo tempo e não dêem margem para surgimento de privilégios injustos.

RN SEM ESGOTOS. O GOVERNO NÃO QUER OBRAS ENTERRADAS

O problema da falta de saneamento básico nas cidades do Rio Grande do Norte continua a desafiar sucessivas administrações. Os técnicos chegam a afirmar que, se o governo quisesse, em apenas dois anos dotaria Natal de redes coletoras de esgoto. Mas o fato é que os governadores não querem construir obras enterradas, certamente raciocinando que ninguém as vê. O fato é que a rede de esgotos de Natal, que serve a menos de um terço da cidade, foi construída há 40 anos. De lá para cá, quase nada mais foi feito.

Tudo começou em 1936. Em Natal ainda circulavam os bondes quando as principais ruas foram rasgadas, para a implantação do sistema de esgoto. Em 1939 era construída a primeira estação de tratamento que ainda chegou a funcionar, mas em 1970 passou por reformas, e a partir daí foi desativada.

Nos dias de hoje, grande parte da malha coletora de esgoto da Capital ainda é aquela construída há 43 anos funcionando precariamente. É bem verdade que mais alguns coletores foram inseridos no sistema, mas redimensionados, o que totaliza hoje 90 quilômetros de rede coletora instalada. Mesmo assim isto não corresponde nem a 11% da população da capital beneficiada por sistema de esgoto.

A CAERN, órgão responsavel pelos serviços, alega que tudo é uma questão de destinação das verbas recebidas, pois até agora a maior parte do dinheiro foi aplicado no serviço de abastecimento d'água, vez que este é três ou quatro vezes mais barato. A ampliação dos esgotos acontecerá, mas após a conclusão de estudos que indiquem um meio mais barato para tal realização. Esta maneira será a não convencional, utilizada em larga escala em Tóquio, no Japão.

Para o Sanitarista da Secretaria da Saúde Pública, Cícero Fernandes Neto, o problema é eminentemente



Cicero Fernandes Neto, da Secretaria da Saúde, diz que sanear é a melhor maneira de prevenir doenças.

político, porque os governos só se preocupam com obras de fachada. "Ninguém quer enterrar cano".

O PROBLEMA — Hoje somente duas cidades do Estado contam com instalação, embora precariamente, do sistema de esgoto: Natal e Mossoró. A primeira, apesar de ter alguns ramais considerados obsoletos tem 90 quilômetros da rede instalada, atendendo a aproximadamente nove mil ligações. Mesmo assim este número é inexpressivo face à

população da Capital. A cidade cresceu muito, e é claro que uma rede de esgoto projetada há 43 anos hoje não funcione eficientemente. Mossoró, por sua vez, tem 14 quilômetros de rede de esgoto instalada, além de 1 estação de tratamento feito em lagoas de oxidação, um investimento de 55 milhões. Lá, apenas cem ligações foram feitas.

PROBLEMA POLÍTICO — O sanitarista Cícero Fernandes admite que o baixo percentual da população atingida por redes de esgotos acarreta sérios problemas de higiene e compromete os programas de medicina preventiva. "Os vários governos preocuparam-se muito com obras de fachada. Ninguém quis enterrar cano, esquecendo-se de que SANEAR É A MELHOR VACINA".

Lembrou também uma frase dita pelo ex-Governador de São Paulo, Paulo Egídio, quando resolveu dar expansão ao sistema de esgoto da capital paulista. Então disse o exgovernador: "Ninguém quer fazer uma obra enterrada, mas é preferivel enterrar canos do que enterrar crianças". O ex-Governador acrescentou ainda que uma das principais causas da mortalidade infantil é atribuida à precariedade do sistema de saneamento básico existente no país.

Além do mais, afirma Cícero Fernandes que Natal já dispõe de em-

presas com capacidade técnica suficiente para executar serviços de esgoto: "Executar obras de saneamento é mais fácil do que construir edificios".

Com uma certa razão os governantes temem executar obras de saneamento, porque elas trazem verdadeiros transtornos à população. Lembrou Cicero Fernandes que Hernani Sátiro, quando governador da Paraíba resolveu ampliar o sistema de esgoto de João Pessoa. Nessa época, a Cidade transformouse num conjunto de crateras, principalmente as avenidas centrais. A população sofreu, e a insatisfação dos Pessoenses era generalizada. Politicamente, portanto, obras de saneamento não rendem dividendos.

EM DOIS ANOS - "Tecnicamente não é difícil executar obras de esgoto, pois até "Know-how" nós temos. Se o Governo esquecesse o problema político, e conseguisse dinheiro suficiente, - mesmo considerando as adversidades -, em dois anos Natal teria seu sistema de esgoto compatível com suas necessidades".

O Diretor de Expansão da CAERN, Lúcio Flavo Albuquerque Othon, considera que: Fracassado será o político executivo que pensar em executar obras faraônicas ou de fachadas no intuito de "aparecer', em detrimento da execução das obras "enterradas" que tanto beneficiam a população. O Governo trabalha em função das condições da região que está sob seu mando".

Lúcio Flavo coloca o baixo percentual de obras de saneamento com relação às necessidades da população como uma questão de disponibilidade de recursos. Esses recursos são de competência do governo federal: "As verbas recebidas do Banco Nacional da Habitação e Fundo de Águas e Esgotos (FAE), em grande parte foram aplicadas na ampliação e implantação do abastecimento d'água do Estado que de 13 sistemas passou para 70, em menos de oito anos".

OS ESTUDOS - Em Tóquio, no Japão, o sistema de esgoto foi executado segundo um sistema não-



Flavo Othon, diretor da CAERN, afirma que em apenas dois anos Natal poderia possuir um sistema de esgotos compatível com as necessidades.

convencional, de baixo custo. Por que não utilizamos este sistema já que o Estado é pobre? A CAERN, através de técnicos contratados, está

fazendo um estudo que viabilize a execução das obras de saneamento, sistema não-convencional. pelo Quanto ao novo sistema, o Diretor de Operações da CAERN não entrou em detalhes por não conhecê-lo pormenorizadamente: "Se fóssemos sanear a Capital através do sistema convencional, terlamos que dispor de 1 bilhão de cruzeiros' afirma.

OS PARTICULARES — Se por um lado se reclama que Natal não dispõe de esgotos suficientes, por outro, a CAERN afirma que o povo é que muitas vezes não quer fazer a ligação de suas casas ao sistema.

Os 90 quilômetros de coletores instalados na capital ainda suportam a ligação de mais cinco mil ramais individuais. Muitas residências, por terem sido construídas sem obedecer as recomendações da CAERN, hoje não se prestam, com facilidade, para serem adaptadas ao sistema de esgoto. Às vezes acontecem casos do coletor passar pela frente de uma casa, enquanto a instalação de

Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com pecas genuínas. Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa

para seu Mercedes-Benz.







Divemo S.A. Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101 - Km 5 - Parque Vale do Pitimbu - Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 - Natal-RN.

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822 Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

esgoto da casa se dirige para o quintal. O proprietário da casa, dificilmente, quebrará todo o piso para liga-lo ao ramal principal, preferindo mesmo continuar com o sistema de fossa.

Além deste problema também existem outros de ordem financeira e de educação. Pra ligar a residência ao coletor da rua o usuário tem que pagar uma taxa. Quando o esgoto for instalado, outra taxa será cobrada mensalmente. Muita gente ainda não se conscientizou da importância do saneamento por coletores.

CAMPANHAS — A CAERN, conhecendo estes fatos, está promovendo campanhas, - principalmente em Mossoró - para conscientizar a população a fim de que ela faça opção pela ligação ao coletor da rua, dispensando as fossas. O que determinou a necessidade da campanha, em Mossoró, foi a constatação de que nos 14 quilômetros de coletores instalados em Mossoró, apenas cem ligações foram feitas, até agora.

VERBAS — De acordo com as informações de Lúcio Flavo, a CAERN consegue recursos para aplicar em serviços de água e esgoto através da elaboração de projeto, que são analisados, aprovados e financiados pelo BNH.

Não existe uma previsão, para se saber quanto deva ser aplicado nestes serviços; o que existe é um estudo sobre as necessidades de implantação desses serviços até 1986. Teoricamente, o Governo do Estado, através do FAE, deve participar com 50% da verba total, enquanto o BNH fornece a complementação. Mas, geralmemte, o Governo do Estado não tem condições de integralizar a sua parte e a única opção é o repasse do dinheiro pelo BNH, através de empréstimo.

A Secretaria da Saúde Pública, órgão responsável pelos serviços de saneamento básico no Estado, vive momentos de preocupação. É que a verba de Cr\$ 3 milhões e 175 mil cruzeiros para o corrente ano, ainda não foi liberada. "Como é que vou gastar todo este dinheiro em menos de dois meses?" - perguntava o Secretário Leônidas Ferreira.

Admitiu o Secretário que o atraso



Leônidas Ferreira, secretário da Saúde do Estado, mostra como o governo enfrenta o problema da falta de saneamento.

desta verba foi motivado pela mudança do Ministério da Saúde. "Mesmo assim quando este dinheiro chegar terei que gastá-lo no atendimento de mais 41 municípios, construindo fossas e privadas. Para isto teremos que trabalhar 24 horas por dia, pois se no fim do ano não tiver aplicado toda a verba ela retornará para o Ministério".

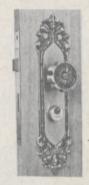
Informou o Secretário que o ano passado 350 fossas foram construídas na zona rural, distribuídas em Nova Cruz (270) e Serra de São Bento (80). Para isto foram dispendidos recursos na ordem de Cr\$ 900 mil.

MORTALIDADE INFANTIL Coincidindo com as afirmações do médico Leônidas Ferreira, o sanitarista Cícero Fernandes diz que saneamento básico, modernamente, "é o conjunto de fatores e medidas voltadas para assegurar a higiene do meio". Esta, engloba abastecimento d'água, sistema de coleta de esgoto e coleta e transporte do lixo, tendo este, destino adequado. Então, se estes serviços não foram executados com eficiência, o grande prejudicado será a criança, pois somente por falta de saneamento básico, na América Latina, anualmen-



mostra porque está sempre na vanguarda.





Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.

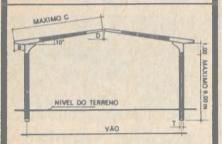


Pensou em construir Pensou na SACI.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones: 222-1543 — 222-4677 — 222-3513 Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

NEGÓCIO CONCRETO SEMPRE TEM SUAS VANTAGENS!



O pré-moldado de concreto é um produto que dispensa manutenção, pintura ou acabamento especial, e que nunca se acaba. Por isto, é a escolha mais segura e econômica.



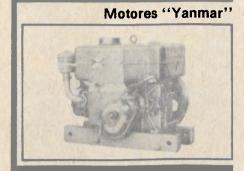


Galpões Industriais (vão livre de 11 a 18 m), Posteação, Estábulos, Cercas e Currais, podem ser construídos com pré-moldado POTYCRET, com grande economia de tempo. Britas de todos os tipos para pronta entrega. Peça informações e comprove!

POTYCRET

Quadra H, Parque - Quintas. Fones: 222-2408 e 222-4532. Natai-RN. Filial: Mossoró-RN.

DUCAMPO O Lojão da Agropecuária











DUCAMPO — Agro Ind. e Com. Ltda.

MATRIZ: R. Frei Miguelinho, 127/129 — Ribeira
Telefones: 222-4590 — 222-5744 — Natal-RN
FILIAL: R. Dr. Mário Negócio, 1469 — Alecrim
Fone: 222-4557 — Natal-RN.
INTERIOR: João Cámara — Nova Cruz — e Caicó

te, a mortalidade infantil é de 103 para cada mil crianças de até cinco anos.

Em 1967, através do Decreto nº. 61.160 foi criado o Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE) que é gerido pelo BNH, por determinação do Ministério da Saúde.

Face à insuficiência dos recursos do FISANE, - originário principalmente do orçamento da União -, foi instituído em 1968 o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), do qual o BNH é o órgão central, competindo-lhe disciplinar, controlar, e estimular as atividades do sistema.

O PLANASA — Em 23 de abril de 1973 foi firmado acordo entre o Ministério do Interior e o Ministério da Saúde, visando estabelecer as bases de ações conjuntas no sentido da implantação do Plano Nacional de Saneamento, PLANASA.

Em vista da precariedade do saneamento existente no País, o PLANASA obtetiva:

- Eliminação do "deficit" no setor de saneamento básico, (abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários) através de programação adequada, que permita atingir o equilíbrio entre a demanda e a oferta desses serviços, no menor tempo, com um mínimo de custo;
- Manutenção, em caráter permanente, do equilíbrio atingido entre a demanda e a oferta de bens e serviços no campo de saneamento básico;
- Atendimento a todas as cidades brasileiras, mesmo aos núcleos urbanos mais pobres;
- Instituição de uma política tarifária de acordo com as possibilidades dos consumidores e com a demanda de recursos e serviços de forma a obter um equilíbrio permanente entre receitas e despesas;
- Instituição de uma política de redução de custos operacionais em função de uma economia de escala com reflexos diretos no esquema tarifário;
- Desenvolvimento de programas de pesquisas, treinamento e assistência técnica.

Além dos objetivos o PLANASA traçou metas relacionadas com o abastecimento d'água, como também os esgotos sanitários. São elas:

— Atender, até 1980, com água potável a mais de 80% da população urbana e pelo menos 80% das cidades brasileiras e todas regiões metropolitanas;

— Atender, até 1980, as regiões metropolitanas, capitais e cidades de maior porte com serviços adequados de esgotos sanitários e, na medida do possível, com serviços mais simples, as cidades de menor porte.

No Brasil existem 3.954 municípios e nove regiões metropolitanas. O PLANASA já integra mais de 2 mil municípios com o sistema de abastecimento d'água potável. O município nº 1000 é Apodí, no Rio Grande do Norte.

Ao comentar sobre o PLANASA o Secretário da Saúde confirma que o Rio Grande do Norte é um dos mais bem servidos em abastecimento d'água, em todo o País.

RESTA ESPERAR — "Temos ainda que dar conta de 41 municipios no Estado e o dinheiro não chegou. O que resta é esperar para quando a verba chegar, trabalhar 24 horas por dia. O dinheiro tem que ser aplicado, faça chuva ou faça sol", finalizou o secretário de saúde.

O Ministério da Saúde reconhece que somos até bem servidos de saneamento básico, mas até agora, com a verba atrasada há oito meses, esta posição poderá ser revista, pois as necessidades se avolumaram, com o aumento populacional. Em termos de Capital teremos que esperar os Estudos da CAERN, para que através deles, se descubra uma maneira mais barata para sanear a cidade. Enquanto isso os Hospitais e Clínicas especializadas estão lotados de menores doentes, principalmente de desidratação, doença ocasionada por falta de saneamento básico. Não fugindo à regra da América Latina, no Rio Grande do Norte são sepultados por ano, em média, bem mais de 100 crianças em cada mil que nascem vivas.

ARMAZÉM PARÁ: A CASA QUE LHE SERVE



Poder pensar em qualquer tipo de madeira. Depois vá comprá-la no Armazém PARÁ, que possui o maior estoque e variedade de madeiras para todos os fins. Mas pense nos outros materiais para a sua construção: Louças Sanitárias, Pisos de Cerâmica, Azulejos, Tintas, Ferragens, Fórmica, e tudo o mais. Você encontrará tudo pelos melhores preços no Armazém PARÁ.



ARMAZÉM PARÁ

Rua Almino Afonso, 38/40 Fone 222-4141 - Ribeira





TEORIA E PRÁTICA DA POLÍTICA DA HABITAÇÃO

Todo mundo foi convencido, em 1964, que o Governo Federal criava um Banco - e uma estrutura financeira - destinado a formar recursos para reduzir o deficit habitacional do país. A Lei 4.380/64 instituía o Banco Nacional da Habitação, as Sociedades de Crédito Imobiliário, e, a partir daí, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que se estenderia às Caixas Econômicas, Associações de Poupança e Empréstimo e Cooperativas Habitacionais. Criou-se até um novo título de crédito para circulação de recursos no âmbito do próprio SFH - as Cédulas Hipotecárias através do Dec. Lei 70 e disposições supletivas da Resolução 228/72 do Banco Central do Brasil. Os INOCOOPs vieram depois, como promotores do sistema.

Então, os objetivos do programa habitacional tinham um caráter eminentemente social. Com essa característica, nada mais justo, portanto, do que formar recursos com fundos constituídos em favor do assalariado. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) instituído pela Lei 5.107/66, veio de ser eleito como aporte financeiro para os projetos de habitação. O governo atribuiu ao instituto de reserva salarial, fatores de correção monetária como uma fórmula de préremuneração por sua utilização, devidamente repassada ao adquirente da casa própria quando da amortização de seu financiamento.

A partir da implantação do SFH, o Banco Nacional da Habitação estimulou a criação das entidades de crédito imobiliário e de poupança, para que estas, na qualidade de agentes financeiros do sistema ou por ele autorizados, captassem recursos de poupança para que as então minguadas reservas do FGTS tivessem uma suplementação capaz de tornar essas agências em pequenos núcleos regionais, com o mínimo necessário de autosuficiência financeira.

O programa inicial objetivava permitir às faixas populacionais que não tivessem casa própria, obtê-la, mediante um longo financiamento, de tal sorte que o valor da amortização mensal equivalesse ao de um aluguel. Circunstancialmente, embora não escape do objetivo principal, o setor privado da construção civil seria beneficiário desses programas, por motivos óbvios. Os objetivos do programa eram sociais. Os efeitos, seriam, naturalmente, econômicos.

AS DEFORMAÇÕES — De 1964 até hoie. a política habitacional sofreu alterações que quase desnaturaram seus verdadeiros objetivos. O que deveria ser o efeito da política, passou a causa: e a verdadeira causa nem como efeito foi contemplada. Empurradas para o confinamento das cooperativas habitacionais, as populações carentes vêem diminuir, cada vez mais, os recursos para o atendimento de seus programas. Para cada projeto de construção de unidade residenciai, nas faixas de baixa renda, deve existir cerca de dez candidatos. Diversamente, as ofertas de construções destinadas às faixas mais favorecidas economicamente, têm sido maiores que o número de pretendentes. No Rio e em São Paulo - aqui mesmo em Natal - já proliferam os "elefantes brancos': suntuosas construções com nomes sofisticados e clientela duvidosa. Constroi-se por construir, aventurescamente, como exercício de sobrevivência.

O "frisson" da especulação e a necessidade de giro de recursos distorceram a verdadeira ótica do programa. E sem motivo. Os recursos teriam o mesmo giro - maior até - empenhados em programas sociais. Os conjuntos residenciais, por sua dimensão, envolvem um volume de recursos capaz de favorecer às empresas construtoras, o mercado de trabalho e o mercado de materiais de construção civil. O que se precisa é disciplinar os critérios de licitação. Se o efeito de uma programação social é tão coerentemente econômica, esta realidade transposta a nível regional deve beneficiar às empresas locais. Quando se trata de sobrevivência econômica, principalmente quando a decisão depende do poder público, o liberalismo econômico deve ser afastado.

Admitindo que a orientação avessa ao fato social é incorreta, vale argumentar que os recursos destinados ao supérfluo - que prestam desserviço tanto aos objetivos da política habitacional quanto às construtoras - são gerados a partir de fundos do BNH ou de poupança por ele legitimada, equivalendo a dizer **permitidas** pelo sistema. Fica lógico, portanto, o entendimento, de que o mesmo BNH poderia alterar a mudança de comportamento das aplicações, como gestor do SFH. Mas não o fez. As populações marginais continuam carentes de habitação e as faixas de maior rendimento, rejeitam, com tédio, a excessiva oferta imobiliária.

A quem convence esse tipo de orientação permitida pelo BNH? A quem aproveita essa frouxura de recursos num setor inflacionado pela oferta excessiva, em prejuízo de um setor realmente necessitado de recursos? Fica evidenciado que não serve às populações sem teto. Tampouco às construtoras. Às primeiras, interessa a unidade residencial de acordo com suas possibilidades de desembolso. Às segundas, a desmobilização do investimento, pela venda de suas construções - e em prazo curto, de tal forma que a execrável correção monetária não devore a expectativa de lucro. Uma expectativa que depende fundamentalmente das oportunidades de mercado.

AS OPERAÇÕES, NA PRÁTICA - Quando o tomador/mutuário se dirige a um dos agentes do BNH e efetiva seu pedido de financiamento para aquisição de casa própria ou para execução de um projeto de construção - está solitário e indefeso. Se tudo correr bem, o mutuário fica como que depositário da casa, possuidor direto. sem relação dominial. Como uma espécie de locatário com uma opção de compra a ser exercida em 15.20 ou 25 anos. No caso do empreendedor. este assume uma aposta consigo mesmo. Se for vitorioso, isto é, se conseguir vender suas construções, ainda terá de fazer vários exercícios de acomodação. Primeiro, ajustar o preço de venda às variáveis da correção - o que, via de regra torna a oferta onerosa e afasta o pretendente. Segundo, lutar pelas liberações de crédito que são feitas por etapa de obra - e dependem do humor do agente financeiro. Terceiro, conseguir que o mesmo agente financeiro, "na boca do cofre". lhe conceda uma parcela do crédito deferido aos adquirentes da casa para consolidar dívidas emergentes pelo atraso da construção e acréscimos de correção. Se perder, o empreendedor terá poucas chances de sobreviver ... exceto se tiver uma agência financiadora.

Qual a origem dos recursos, em ambos os casos? Não precisa forçar a cabeça. Os recursos são constituídos pelos depósitos de poupança e pelo FGTS. Quer dizer, recursos de terceiros, sem nenhum risco para o financiador. Mas por conta e risco do governo federal, que garante os depósi-

tos de poupança e o reembolso do FGTS às suas verdadeiras fontes em caso de "quebra" da instituição. Tem mais. Quando o volume das aplicações de uma dessas agências, extrapola o montante de recursos disponíveis os financiadores simplesmente se dirigem ao BNH e negociam as Cédulas Hipotecárias, transferindo a hipoteca feita sobre os imóveis dos mutuários e recebendo do BNH o valor correspondente ao financiamento. É um excelente negócio para os controladores dessas agências. E dinheiro há de sobra.

UM EXEMPLO, NA PRÁTICA — A política governamental estava bem intencionada. A pretensão do governo, com a criação do SFH, foi a de estimular os programas habitacionais e formar recursos internos de capital para atender, igualmente, à iniciativa privada do setor. O erro está localizado na execução da política e na extrema maleabilidade do programa habitacional.

Um exemplo: as Associações de Poupança e Empréstimo (APEs). Responsáveis pela maior parte das aplicações de recursos nos programas destinados às médias e altas faixas de rendimento, tais associações foram inspiradas em similares americanas - as "Saving Loans". Aculturadas ao modus brasileiro, limitaram-se ao financiamento da casa própria e tomaram de empréstimo a forma - apenas a forma - de sociedades anônimas, no que concerne à pluralidade de associados e representação do capital.

São governadas por um Conselho de Orientação e geridas por diretores escolhidos por esse Conselho. O Conselho, teoricamente, é eleito peja Assembléia de associados. Teoricamente é o termo acertado. Na realidade, os próprios membros do Conselho se autonomeiam. Os controladores de fato de tais associações, estabeleceram um pré-requisito - e o impõe ao depositante - segundo o qual, ao abrir sua conta, o poupador já assina procuração em favor desses controladores, para que estes o represente nas assembléias. O resto, é uma questão de manipular atas e contar as procurações e a estória fica conhecida: uma minoria vivamente interessada em manter a instituição como apoio financeiro para seus empreendimentos particulares, governa autocraticamente a associação, mesmo em prejuizo dos interesses coletivos, mesmo desnaturando o objetivo governamental, mesmo orientando erradamente o setor de construção civil.

A rigor, a assembléia deveria eleger o Conselho e os minoritários deveriam ter um representante. Entretanto a politica de algumas dessas entidades é canhestra, na prática. Os equívocos são muitos: vão desde o critério arbitrário de apreciar uma solicitação de financiamento - que de-

pende do "humor" ou do interesse direto dos controladores, como empresários - até o entendimento corrente de que a instituição é propriedade plena e ilimitada dos que a controlam. Daí poderem transformá-la em feudo doméstico ou extensão dos próprios negócios que mantém paralelamente à associação.

Proceder assim, num momento difícil em que o governo e a sociedade brasileira buscam a difícil harmonia entre a exiguidade de recursos internos de capital e a necessidade de custear inversões indispensáveis à comunidade, é desnaturar os objetivos do programa e discriminar interesses particulares sobre os coletivos.

Alguma coisa tem de ser feita. Por exemplo: 1) a abertura na composição do Conselho para que pelo menos dois tercos de suas vagas fossem ocupadas por representantes da maioria dos associados, democratizando a entidade; 2) a criação de duas Comissões especiais: uma, para análise de solicitações de financiamento, composta por representantes da maioria dos associados, dos controladores e representante do BNH, todos com reconhecida idoneidade técnica; outra, para apreciar as contas da entidade - mantendo a mesma composição da anterior - o Conselho Fiscal; 3) o BNH cuidaria de elaborar programas extensivos, com a devida especialização e detalhamento, para evitar a destinação aleatória e a malversação de fundos.

AS INSTITUIÇÕES OFICIAIS — As COHABS atuam mais proximamente ao escopo social da política de habitação. Mas se defrontam com um obstáculo intransponível: a exiguidade de recursos para as aplicações nos programas de baixa renda. Recentemente, no Encontro das COHABs nacionais, realizado no Rio Grande do Norte, a discussão dominante era sobre se deveriam as COHABs considerarem ou não a possibilidade de lucro, como objetivo secundário das entidades. Evidentemente que não, como objetivo. A mania de eficiência dos órgãos da administração pública indireta só se reflete na obsessão do lucro. Como se esse elemento fosse o demonstrativo mais evidente do seu desempenho. Até que a idéia não seria desprezível, não fosse o consumidor/usuário/mutuário, a vítima dessa fixação. Em princípio, a eficiência nos serviços públicos indispensáveis e nos órgãos de apoio comunitário, deve ter uma medida social e não econômicofinanceira.

Fica realmente muito fácil conseguir lucratividade nessas atividades essenciais à vida comunitária - todos são carentes. Basta repassar ao usuário os custos detectados em projeções financeiras, e pronto. Antecipadamente, os adminis-

tradores já poderão prever o lucro do exercício. Difícil é apresentar um saldo positvo de resultados de longo espectro social - objetivo que as justifica - dentro da realidade e da dinâmica dos recursos disponíveis.

A Caixa Econômica Federal, por suas características próprias de "banco social", de agência de fomento sócio-econômico, será a melhor expectativa para o mutuário e para o empreendedor do setor imobiliário, exatamente por operar com critérios definidos, atendendo, a programas previamente estabelecidos, sem "humor" ou discriminações. As operações realizadas com agências desse nível, depende apenas e tão somente da capacidade técnica e da qualidade do crédito do tomador.

O que desestimula o pleiteante do financiamento é a incrível burocracia. Uma visita do Ministro Beltrão ajudaria a tranformar a Caixa numa entidade competitiva, popularizando tanto suas captações quanto suas aplicações. Entretanto, ela será o principal instrumento do governo na execução de seus programas sociais - inclusive de habitação. Podem anotar: a Caixa Econômica Federal monopolizará, gradativamente, as aplicações na área imobiliária, exatamente pelas carências apontadas nas agências concorrentes da iniciativa privada. A menos que as associações se dêem conta dos erros, estas acompanharão a tendência que se verificou nas similares norteamericanas: farão aplicações intermediárias no setor habitacional-familiar. Financiarão mobiliário, equipamentos domésticos, crédito pessoal para casamentos, seguros de vida, etc.

O primeiro indicativo para reforçar essa presunção em favor das Caixas, já se efetivou: o desestímulo aos poupadores de renda superior a 2.000 UPCs, através de juros decrescentes. Ora, o pequeno poupador é virtualmente cliente da Caixa, por tradição, comodidade ou confiança (a propósito, percebem o sentido da campanha publicitária da Caixa, a respeito de "Segurança nas aplicações"). O pequeno poupador é cliente da carteira de penhores, do crédito pessoal, da caderneta de poupança e confia nela, porque "é do governo" - não há discriminações.

Portanto, urge reformular o sistema privado, em benefício da livre empresa. Caso contrário, quem viver verá realizada a profecia. O primeiro passo para manter as instituições privadas dentro do SFH, cumprindo suas atribuições, é condicioná-las a programas e democratizá-las, fazendo de cada associado um interessado direto no seu desempenho - e convencendo ao governo e à sociedade do seu objetivo coletivista e social.

O RIO GRANDE DO NORTE PROCURA UM MODELO DE IRRIGAÇÃO

Apesar de grandes extensões de terras destinadas à agricultura e da presença constante da estiagem, o Rio Grande do Norte é pobre em irrigação. O custo elevado dessa técnica - que a maioria dos agricultores prefere entregar à responsabilidade das agências governamentais - aliado ao despreparo e à falta de meios do homem do campo, parecem ser as causas principais da pobreza de projetos de irrigação no âmbito do Estado. Entretanto, uma experiência, levada a efeito pelà MAISA — Mossoró Agro Industrial S/A — serve para mostrar como é viável o emprego da tecnologia na agricultura.

Alguns proprietários de terras. isoladamente e sem maiores recursos técnicos ou financeiros, já tentaram irrigar suas fazendas mas foram desestimulados pelos custos do empreendimento. Os sistemas mais adotados, são três: por aspersão, por infiltração e por inundação. Para alguns técnicos, o sistema por aspersão ainda seria o mais recomendável porque seria possível controlar a precipitação pluviométrica e a umidade do solo, dentro de razoáveis padrões técnicos. Alan Kardec, da EMATER, especialista em irrigação por aspersão, dá conta de que "no Projeto Sertanejo temos um sistema de irrigação por infiltração, localizado no perímetro de Caicó, no Itans-Sabugí. No entanto, já estamos implantando um sistema por aspersão, vez que o método existente não alcançou os resultados desejados".

O deputado Manuel Montenegro esteve recentemente na Espanha e trouxe um depoimento que considera definitivo para um comparativo com a região-problema da agricultura do estado: "na Espanha encontrei uma região com solo idêntico ao do Seridó e que através de projetos de irrigação se transformou em terras de alta produtividade".

Israel é um exemplo do que pode fazer o sistema artificial de irrigação



José Nilson de Sá, diretor da MAISA, declara que o custo da irrigação com água subterrânea é muito caro e só é viável em grandes projetos.

para compensar a aridez do solo. Hoje, em Israel, não se discute mais o anterior problema da fertilidade, mas da mais alta produtividade. Só para situar um fato de maior importância em termos de comparativo com culturas locais, Israel consegue os maiores índices

mundiais de produtividade na cultura do algodão.

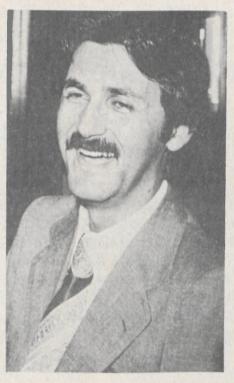
O PROJETO DA MAISA — José Nilson de Sá, um dos diretores da Maisa, considera o projeto de irrigação em implantação nas proximidades de Mossoró, onde se localizam as terras da empresa, ainda em fase experimental: "não temos um conceito bem formado a respeito do nosso sistema de irrigação, pelo caráter experimental do projeto. Todavia, sabemos que o tipo de irrigação que desenvolvemos não é tão perfeito como o desenvolvido em "Israel".

MAÏSA tem, atualmente, o maior projeto de irrigação do estado e, com suas características próprias é o único do nordeste do Brasil. Até a fase atual, já foram investidos cerca de 250 milhões de cruzeiros na parte agrícola, em instalações industriais e na parte social. A preços de hoje, se a MAISA resolvesse iniciar e completar o projeto, investiria cerca de 800 milhões de cruzeiros - só para se ter uma idéia do volume de recursos necessários a um projeto de tal porte.

O objetivo desse projeto, como não poderia deixar de ser, é o de aumentar a produtividade, como explica José Nilson: "O sistema de irrigação da MAISA é usado na plantação de Melão, Mamão, Graviola, atualmente. Mas vamos usá-lo em todos os tipos de cultura que a MAISA venha a implantar - e o que vai acontecer é o seguinte: aumento da produtividade e uma irrigação controlada".

A empresa agrícola tem sete poços artesianos com uma produção média unitária de 200 mil litros d'água por hora. A vantagem do processo racional de irrigação é demonstrada pelo diretor da MAISA: "toda irrigação é cara porque a água é difícil, principalmente através de poços artesianos. Por isso, a economia da água é fundamental para baixar o custeio da agricultura". Os resultados só serão apresentados depois de um ano, período que os técnicos da empresa estimam para o cálculo de desgaste do material utilizado e os custos finais da irrigação.

O sistema da MAISA foi desenvolvido por seus diretores a partir de



O deputado Manoel Montenegro defende a irrigação como única fórmula de desenvolver a agricultura no Nordeste.

um protótipo Israelense que tiveram condição de examinar e avaliar em viagem que fizeram àquele país.

"Naturalmente, o sistema implantado aqui não é tecnicamente perfeito como o de Israel, uma vez que até raios Laser são utilizados no protótipo israelense - admite José Nilson - mas tivemos de submeter a idéia original às necessidades e recursos que dispúnhamos". Para o diretor da MAISA, o estado do Rio Grande do Norte já está atrasado "e não está procurando melhorar, estimulando os projetos existentes e tentando adaptá-los extensivamente a outras áreas". Apesar das inúmeras vantagens, faz uma ressalva: "O preco da captação d'água é muito caro através de poços artesianos, só compensando o investimento se for destinado a uma economia de escala. Para negócio pequeno, não há vantagem". Para se ter uma idéia do que representa hoje a MAISA para o estado, José Nilson apresenta os seguintes dados : "Já utilizamos atualmente

Qualidade: se isto é fundamental para você, faça-nos uma visita.



Em nossa loja você encontrará tudo que deseja em:
Tapes — Gravadores —
Decks — Cassette e Rolo;
Amplificadores — Caixas
acústicas — Sintonizadores
AM/FM — Conjuntos
Estereofônicos — Toca-discos.

Rádio Cidadão: SSB — UHF — VHF.

Antenas: Plano Terra — Direcional — Maria Mole — Telescópica — Para Calhas — Marítimas.

Rotores — Fontes de Alimentação — Medidores de Estacionária — Mixadores.





A loja quem tem SOM até no nome

Uma organização IVANILSON ARAÚJO

Av. Deodoro, 433 — Tel.: 222-8020 — 59.000 — Natal-RN.

22 mil hectares - sendo 11 mil destinados à plantação de caju, 2 mil para a pecuária e mil para a plantação de Mamão, Melão graviola, goiaba e pinha. A produção de caju para este ano será de 30 mil toneladas, das quais 11 mil serão beneficiadas em suco de caju, totalmente exportado para o sul do país. Serão produzidas também 300 mil caixas de 16 quilos cada, de melão e 50 mil caixas de 12 quilos de mamão".

A EXPERIÊNCIA ESPANHOLA

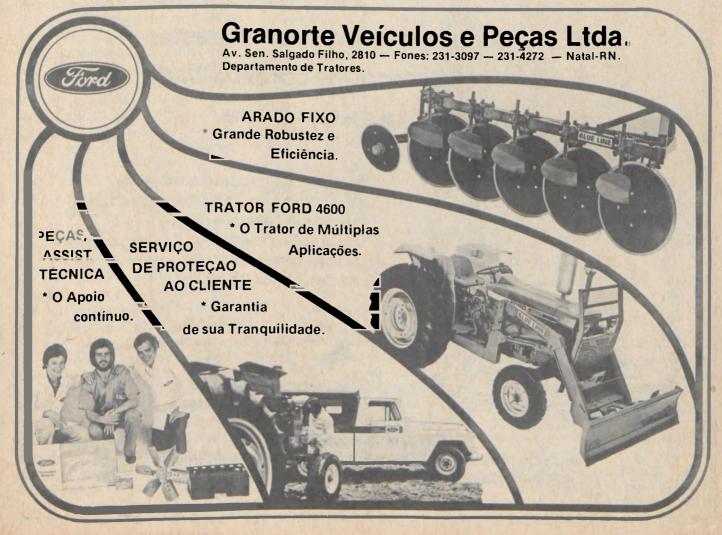
— O deputado Manuel Montenegro excursionou pela Europa, observando especialmente técnicas agrícolas e de lá trouxe aquela que considera a melhor experiência: a espanhola. Segundo o deputado, "nunca se deve fazer agricultura sem pecuária, porque somente com o desenvolvimento conjunto das duas atividades é que a terra produz o máximo de rentabilidade". Afirman-

do que a Espanha, no verão, tem características semelhantes ao Rio Grande do Norte, Montenegro esclarece que naquele país: "um colono tem direito a 12 hectares de terra, para sua subsistência. No entanto, aquele que tiver mais terras e trabalhar em toda sua extensão, o governo o estimula com apoio tecnológico e creditício. Inversamente, aquele que não utilizar sua área o governo providencia a desapropriação e redistribui a terra com quem não a tem".

Respaldado por essa experiência que considera válida, o Deputado defende a desapropriação no vale do Açu, para quem não produz nas terras disponíveis. Adianta ainda que o sistema de irrigação por inundação é arcaíco "porque o homem não tem condições físicas para dar a produtividade que a terra exige".

A irrigação — Segundo Ma-

nuel Montenegro - "não só é viável, como necessária para o Nordeste. Defendo, entretanto a técnica da aspersão. E é fácil de ver porque: enquanto um hectare de terra, no sistema de inundação, é irrigado por 30 mil litros d'água, pelo método de aspersão, a mesma área necessita apenas de 10 mil litros. A única cultura que exige água na raiz é o melão, por isso o MAISA escolheu o sistema por inundação". Ainda contrapondo o sistema espanhol ao brasileiro, com vantagens evidentemente para o primeiro, o parlamentar salienta que no sistema brasileiro "o banco só financia de acordo com o patrimônio do tomador e não pelo que este poderá produzir. Já na Espanha, tanto os Bancos particulares quanto os oficiais - além do próprio Instituto de Reforma Agrária - financiam a produção: projetos de irrigação e plantio, com prazos que vão até 25 anos, com 6 de carência vencendo juros de 5% ao ano



contra o prazo de 8 anos com 2 de carência e 15% de juros ao ano, vigente no Brasil".

O PROJETO SERTANEJO - A EMATER já iniciou o sistema de irrigação por aspersão em pequenas áreas que estão sendo definidas pelos técnicos ligados ao projeto. Alan Kardec, deslocado pela EMA-TER para o Projeto por sua especialização em irrigação, assegura que "o sistema por aspersão será usado em primeiro plano na pecuária, com uma resposta positiva e rápida, pois é economicamente acessível e de manejo e compreensão simples podendo o agricultor usá-lo corretamente". O núcleo de preparação dos agricultores está situado em Caicó. onde, segundo Alan Kardec, "é feita uma orientação ao agricultor na preparação das terras, como deve ser

feita a irrigação, o uso e o manejo dos equipamentos".

Resta, entretanto, maior sensibilidade do governo para a concessão dos insumos necessários à implantacão do sistema de irrigação. É sabido que o agricultor luta com dificuldades até para obter financiamento para fundação de sua lavoura, quanto mais para projetos que aparentemente poderiam ser classificados como "sofisticados", e portanto, supérfluos para as agências de crédito. Não se pode pensar em melhorar a produtividade agrícola somente com a reserva tecnológica. É necessário, antes de tudo, o aporte de recursos. créditos para a produção - a longo prazo, com juros subsidiados - de tal maneira que o agricultor não comprometa seus resultados pelo imediatismo de realizar a safra para solver as dividas decorrentes dos empréstimos tomados nas agências bancárias. A demanda da produtividade importa antes de tudo em paciência. Às vezes essa busca demanda numa geração inteira. E nessa busca de produtividade não pode estar auespecífico do norsente, no caso deste, a adoção de técnicas de irrigação. Só que, como ficou constatado, os custos de tais empreendimentos são incapazes de serem absorvidos pelos produtores - pelo menos a curto prazo. Daí a necessidade imperiosa de, nessa reorientação da política agrícola levada a efeito pelo governo federal, sejam dispostos recursos que objetivem a melhoria da produtividade, até para fazer crescer a oferta de alimentos em benefício do combate inflacionário crescimento que só será possível com o aumento da produtividade agricola da qual a irrigação é um dos componentes mais ativos.

Nós estamos preparados para prestar os melhores serviços de contabilidade e auditoria à sua empresa.



Para isto, formamos uma excelente equipe de técnicos com longa experiência em contabilidade comercial e industrial e em auditoria. Assim, podemos garantir bons serviços aos nossos clientes. Consulte-nos.



Rua Juvino Barreto, 200 Fone 222-6569 - Natal-RN

Bacharéis Responsáveis:

FRANCISCO COSME DA SILVA * ALMIR AVELINO DE FREITAS
HERMANY COSTA DA SILVA * AMARILTON VERAS DE SENA

NOVO AEROPORTO NÃO SATISFAZ ÀS COMPANHIAS DE AVIAÇÃO

O investimento na reforma das instalações do Aeroporto Augusto Severo foi de 25 milhões de Cruzeiros. Ao contrário do que se esperava, a área destinada aos usuários de transportes aéreos não foi aumentada.

Não se cuidou também de recuperar ou dar novo traçado às pistas de pouso. As empresas aéreas se queixam do pequeno espaço reservado aos seus "boxes". Os administradores consideram importante o visual que será oferecido aos turistas, pois o aeroporto é o cartão de visitas da cidade.

As reformas do Aeroporto Augusto Severo - apesar do investimento de 25 milhões de cruzeiros não chegam a agradar às empresas de transportes aéreos que operam no Estado, muito embora os agentes de transportes considerem os usuários como os maiores favorecidos. Queixam-se principalmente do fato de que o espaço físico continua o mesmo. E se julgam não beneficiados pelas reformas, pois os "boxes" destinados ao atendimento de passageiros são insuficientes até para acomodar o pessoal deslocado para esse atendimento. Criticam também alguns critérios da reforma, como a área destinada à translação da bagagem até a esteira rolante, que ficou descoberta. No que toca ao usuário, este será certamente beneficiado. Assim como a própria cidade, cujo aeroporto ganhará um visual mais coerente com a pretensão de estabelecer-se em Natal, um polo de turismo.

Na verdade, o projeto de reforma se preocupou basicamente com a racionalização do espaço destinado aos usuários e com a criação de serviços indispensáveis aos passageiros além, evidentemente, de dispor instalações mais convenientes ao passageiro que escolheu Natal como opção de turismo doméstico. Sob esse aspecto, as obras foram mais do que necessárias, oportunas. O "novo"



Antonio Guedes, responsável pelas obras: "Em dezembro tudo estará concluido e a inauguração deverá ocorrer em janeiro"

aeroporto contará com duas plataformas de embarque - uma para vôos
nacionais, outra para internacionais cabines para posto médico e alfandegário, restaurantes, bares, mirante,
um salão especial e a recepção. Terá
um sistema de ar-condicionado central e esteira rolante destinada às
bagagens.

'AS OBRAS — A concorrência para as obras de reforma foi ganha pela

empresa Marquise Ltda. O investimento inicial, constante de dotação de verbas do Ministério da Aeronáutica, foi orçado em 20 milhões e 950 mil cruzeiros, valor corrigido para 25 milhões por conta de suplementação requerida pela empreiteira pela execução de obras não previstas no projeto original.

O prazo para conclusão das obras foi estabelecido para 30 de outubro próximo, sendo todavia dilatado em função de atraso no cronograma de entrega de materiais, conforme explica Abelardo Quinderé, funcionário do Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), administrador do aeroporto: "As obras físicas estão prontas. Porém, a esteira rolante que será colocada para transporte das bagagens foi importada e o prazo para entrega desse equipamento vem atrasando a conclusão dos serviços, sem culpa da construtora".

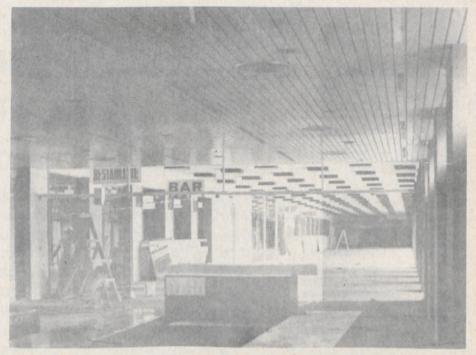
Segundo Antônio Guedes, engenheiro responsável pela obra, "em dezembro, possívelmente, tudo estará concluído - inclusive com pleno funcionamento da esteira rolante - e a inauguração oficial das novas instalações deverá ocorrer em janeiro do próximo ano".

O engenheiro da Marquise Ltda. revela que, apesar da suplementação dos recursos para custeio das reformas, a firma empreiteira ainda terá um prejuízo que foi calculado por ele em torno de 6 milhões de cruzeiros "uma vez que o contrato não previu reajustes no preço global da obra".

Estudos foram feitos - segundo revela fonte oficial, que prefere não se identificar - no sentido de ampliar e recuperar as pistas de pouso. Os estudos atenderam a reclamações das empresas aéreas sobre o precário estado das pistas. Entretanto, nenhuma verba foi conseguida para obras de recapeamento ou ampliação e, segundo a mesma fonte, a expectativa é a de que a situação não se alterará nos próximos dois anos.

Com as reformas físicas do aeroporto virão também as modificações na estrutura administrativa. Esperase que incontinenti à inauguração o aeroporto passe para a administração da INFRAERO, empresa pública encarregada de administrar os aeroportos nacionais.

OPINIÃO DAS EMPRESAS —
Os representantes das companhias aéreas sediadas em Natal, unanimemente, consideraram as obras da maior valia para o público. Mas fazem restrições de caráter técnico. Breno Dornelles Paim, da VARIG/CRUZEIRO, atenta para as instalações de suas representações no aeroporto:



O novo aeroporto ajudará a melhorar a imagem turística de Natal.

"As instalações deixam muito a desejar na distribuição dos boxes das empresas, para atendimento aos passageiros. Nesse sentido, as reformas não foram bem planejadas, de tal forma que fosse atendidas as necessidades das empresas aéreas".

Na opinião de Nailson Dantas de Azevedo, gerente da TRANSBRA-SIL, os benefícios foram apenas figurativos: "A partir da inauguração, ganharemos uma nova imagem, contrariamente à péssima impressão deixada pela precariedade das antigas instalações. De qualquer forma, ficaremos em pé de igualdade com outros aeroportos que oferecem conforto aos passageiros - privilégio que só então passaremos a oferecer".

Valdir Medeiros de Lucena, gerente da VASP, se limitou a considerar a melhoria substancial para o





Breno Paim, gerente da VARIG, considera que as novas instalações do aeroporto não atendem às necessidades das empresas aéreas.

usuário. O gerente da VARIG/ CRUZEIRO, entretanto, apresenta argumentos do que considera "falhas elementares":

"A esteira rolante que funcionará para transporte da bagagem dos
passageiros será única para utilização de todas as empresas. Como temos três empresas operando com
vôos no mesmo horário, o serviço será um tanto tumultuado. Não foi feito nenhum abrigo para as bagagens,
que ficarão expostas ao sol e a chuva.
O espaço destinado para o atendimento das companhias aéreas é
muito pequeno, com balcões apertados, sem qualquer comodidade
para os funcionários em serviço".

AUMENTO DE VÔOS — Os usuários de transportes aéreos, em Natal, têm sentido carência de maior número de passagens a sua disposição. Com as reformas do aeroporto, seria razoável pensar em aumento de frequência dos vôos. Entretanto essa medida sequer foi cogitada. Nailson Dantas, da TRANSBRASIL, informa que o aumento de frequências é da alçada do Ministério da Aeronáutica e que "a empresa tem interesse em aumentar o número de vôos para Na-

Philco Split System



O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

A Philco lançou o SPLIT SYSTEM, um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências. Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas. Chame a SUMMA ENGENHARIA. Nós daremos a assessoria técnica que você desejar.

Projeto, venda, instalação e manutenção com garantia de fábrica.



ENGENHARIA LTDA.

AR CONDICIONADO COMERCIAL, RESIDENCIAL E INDUSTRIAL.

Rua Chile, 75 — Tels.: 222-5857, 222-4112 a 222-2227 — Natal-RN.

Revendedor Autorizado

PHILCO

PEPSI-COLA, BRAHMA,
BANCO DO BRASIL, UFRN,
SPERB DO NORDESTE,
ALPARGATAS, BANCO ITAÚ,
DUCAL PALACE, ALCANORTE,
BANDERN, A SERTANEJA,
UNIVERSIDADE DE SERGIPE,
MORADA RIOMAR,
FIAÇÃO MOCÓ

Os construtores destas grandes empresas tiveram a feliz idéia de preferir esquadrias de alumínio da ÚNICA MENTAL.
Faça como eles: valorize seu investimento preferindo também a melhor qualidade e o mais fino acabamento.





F. BEZERRIL IMÓVEIS

CRECI 163 - 17 . REGIÃO

PROJETOS,
ADMINISTRAÇÃO,
LOTEAMENTOS,
COMPRA E VENDA DE
IMÓVEIS EM GERAL

Rua do Saneamento, 232 - Ribeira (Ladeira de Marpas, por trás do Riomar) Fones: (084) 222-3004, 222-0200, 222-7957 Telex: (084) 2279 — Natal-RN

ORGANIZAÇÕES FERNANDO BEZERRIL

NÃO USE CORTINAS, USE BANHO-BOX

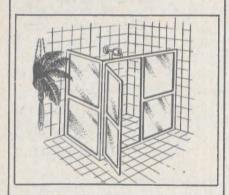


Providencie hoje mesmo a Instalação de um BANHO-BOX e elimine de uma vez por todas o problema de limpeza e conservação de seu banheiro.

BANHO-BOX é moderno, prático, durável, e é oferecido em diversas cores para que a senhora não tenha problemas de escolha.

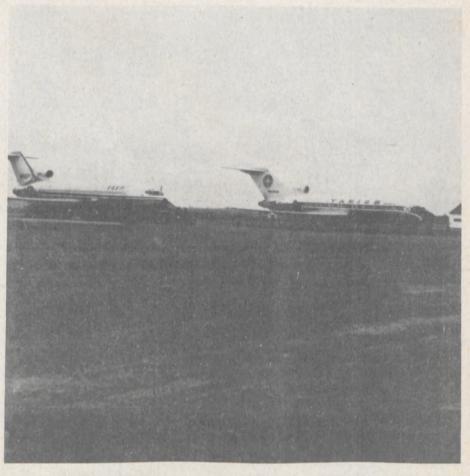
APROVEITE A OPORTUNIDADE!

Consulte hoje mesmo o nosso representante, que terá o máximo prazer em prestar maiores esclarecimentos.





Av. Prudente de Morais, 1574 Fone: 231-5201 — Natal-RN



Apesar da melhoria, o aeroporto continuará com um movimento de aviões comerciais que não atende ao mercado natalense.

tal, uma vez que está adquirindo novas aeronaves. Mas, tudo depende de estudo de viabilidade para que então a solicitação seja encaminhada ao Ministério da Aeronáutica". O gerente da VASP, Valdir Medeiros, diz que há interesse da empresa em aumentar o número de frequências de sua companhia, "mas dentro das contingências atuais e face à economia de combustível, não há previsão para o aumento". Breno Paim, da VASP/CRUZEIRO, afirma que o aumento do número de vôos se sujeita a uma série de implicações, desde a alocação de equipamentos até a aquisição de novas aeronaves. Explica ele: "No momento, não vejo possibilidades, pois ainda que fossem adquiridos equipamentos e aeronaves. estes só poderiam trafegar em pelo menos dois anos".

Todos os entrevistados consideram justificável o investimento, apesar das falhas, até porque cerca de 300 pessoas diariamente trafegam pelo aeroporto Augusto Severo. "Natal está sendo descoberta pelos turistas" - argumenta Nailson Dantas . "O crescimento do turismo interno, determinado pela exigência do depósito compulsório para viagens ao exterior, vem sendo, cada dia mais, acentuado no país e em particular em Natal".

O gerente da TRANSBRASIL, embora aponte a carência de infraestrutura para o turismo em Natal, dá conta de que as agências de viagem estão suprindo essa deficiência com um tratamento excepcional ao turista: "A preocupação das agências de turismo começa no desembaraço de sua bagagem no aeroporto, transporte confortável para a cidade, boas acomodações e assistência completa ao visitante durante toda sua estadia em Natal".

TURISTAS — Nailson Dantas revela que, fora da alta estação, cerca

de 100 turistas visitam nossa cidade por semana:

"Se Natal já contasse com hotelaria e restaurante capazes de atender a uma demanda maior, com boas estradas - principalmemte na orla marítima - e com uma política de recepção mais eficiente, esse número poderia ser consideravelmente aumentado".

O governo vem pleiteando, através da EMPROTURN, a inclusão de Natal no projeto "Portão Aberto para a Europa", no qual será intensificado o intercâmbio turístico direto com a capital potiguar. Todas as iniciativas turísticas, entretanto, ficam na área das cogitações e suposições pois nada de concreto, em termos de projetos aprovados e plano em execução, existe, como fórmula de fomentar o turismo na capital. Sabe-se que a EMPROTURN, através de uma subsidiária, vem implantando hotéis pelo interior do Estado, como que cuidando da infra-estrutura hoteleira. Mas não há nenhum



Nailson Dantas, da TRANSBRASIL, afirma que nosso aeroporto ajudará a melhorar a imagem de Natal lá fora.

projeto com um mínimo de viabilidade de aprovação que mostre a expectativa de incremento do turismo no Rio Grande do Norte, sem favor, uma das unidades da federação que maior potencial oferece ao turismo como programa. Não somente pela disponibilidade de recursos naturais, que supririam a carência de logradouros históricos, como também pela tradicional cortesia e hospitalidade do natalense, reconhecida além f. onteiras.

Nesse episódio da reforma do aeroporto, não ficou bem esclarecido o porquê de portão de embarque para vôos internacionais. Nem porque o projeto não foi mais abrangente compreendendo a ampliação e recuperação de pistas de pouso e a própria ampliação do prédio do aeroporto, de tal forma que Natal pudesse receber vôos internacionais - uma excelente formula para o incremento do turismo - considerando até a posição geográfica privilegiada de Natal, ponto do território brasileiro mais próximo da África do Sul e da Europa.

Cat 120B. A única motoniveladora com motor de motoniveladora

A motoniveladora 120B Caterpillar, fabricada no Brasil, tem uma grande vantagem sobre suas concorrentes: o sobretorque. É uma reserva automática de potência, que aparece quando a máquina enfrenta uma resistência extra.

Na 120B, motor, máquina e qualidade são do mesmo fabricante: Caterpillar. É natural que ela ofereça maior produtividade, vida útil mais longa e menores custos de manutenção.

É, ainda, protegida pelo Cat Plus, o superatendimento do futuro, já disponível hoje, nos Revendedores Caterpillar



CATERPILLAR
Caterpillar, Cat e @ são mercas da Caterpillar Tractor Co



marcosa s.a

NATAL — R. G. do Norte Av. Antônio Basílio, 1370 — Fones: 231-3383 e 231-4262.

J. PESSOA — Paraíba BR-101, nº 235 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

FORTALEZA — Ceará Rua João Moreira, 359



Otomar Lopes Cardoso

Fronteiras do Desenvolvimento (VI)

LITORAL INEXPLORADO

O Rio Grande do Norte surge como o Estado brasileiro de mais longo litoral (399 quilômetros de extensão). Inexplicavelmente, a faixa litorânea pouco conhecida e valorizada diante das pespectivas das potencialidades dadivosas que o Oceano Atlântico oferece. Como resultado, práticamente a orla marítima se encontra na quase totalidade abandonada. Por exemplo, não há estradas pavimentadas trazendo as comunicações dinâmicas (as únicas rodovias são a de Natal e da importante cidade salineira de Areia Branca).

O Rio Grande do Norte constitui o ponto brasileiro mais próximo da África e da Europa. Historicamente, há 500 anos portugueses, franceses e holandeses, se digladiaram em lutas de conquistas. No período da aviação comercial pioneira, as rotas dos vôos transatlânticos encontraram em Natal, uma base de apoio.

Todavia, no litoral potiguar, em face do processo de Desenvolvimento, encontramos apenas:

- a tradicional exploração do sal;
- a implantação da fábrica de barrilha em Macau;
- a exploração do petróleo na plataforma continental de Ubarana, pela Petrobrás.

RETRATO ATUAL

Os habitantes das praias norte-rio-grandenses, na sua quase totalidade apresentam as características do chamado "círculo vicioso" do subdesenvolvimento. Analfabeto ou de poucas letras, pois as escolas são pobres; doente ou de estado sanitário deficiente, dado aos precários serviços médicos; de baixa renda, pois sobrevive da pesca artezanal. Os núcleos urbanos são atrasados e muitos deles não dotados ainda de um sistema de abastecimento d'água ou de fornecimento de energia elétrica. Enfim, domina, ao longo dos anos, a complexidade das situações adversas ao progresso.

No litoral do Rio Grande do Norte situam-se 19 municípios e três cidades de importância para o Estado. Natal, centro político-administrativo e Macau e Areia Branca, como poios salineiros.

Em Natal, que pela sua geografia poderia ser um excelente porto no Atlântico Sul, tem um cais acostável de apenas 400 metros. Entretanto, cada início de período governamental, há anúncios solenes e promessas calorosas da construção do porto que, infelizmente, não passam de divulgação através dos meios de comunicação social. Macau, a despeito de todo o seu potencial ainda não mereceu o devido respeito de ter uma estrada pavimentada. Areia Branca, teve melhor sorte com um moderno porto-ilha, (12 milhões) artificial, que permite a rápida exportação mecanizada do sal, inclusive de Macau e Mossoró. São as 3 maiores empresas produtoras de sal; Cirne S/A, H. Lage Salineira do Nordeste S/A, Norsal S/A. A pesca, predominante, é a artezanal. Algumas empresas modernas instalaram-se principalmente para a exploração da lagosta, exportada a bom preço.

O litoral é, em geral baixo e arenoso, com uma vegetação escassa.

Quanto aos recursos naturais, na área territorial se revelam alguns indicadores positivos, que abordaremos logo a seguir. Na parte marítima, os estudos efetuados são poucos conhecidos ou difundidos. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte conta inclusive com um Instituto de Biologia Marinha.

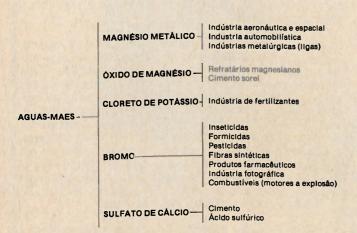
A algumas milhas encontra-se o Atol das Rocas, hoje considerado uma reserva, pelo Governo brasileiro, mas que carece também de maiores pesquisas científicas. Não há vida humana, pelas condições ambientais.

POTENCIALIDADES ESTÃO NOS RECURSOS NATURAIS

Evidentemente que as grandes pespectivas do inexplorado litoral potiguar se encontram nas potencialidades dos recursos naturais. Encontramos, em documentos elaborados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o seguinte esquema:

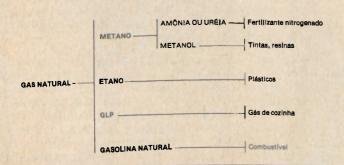
Águas mães das salinas — Nas salinas das regiões de Macau e Areia Branca:

UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL



Gás natural — É encontrado na plataforma continental no campo de Ubarana - Macau.

UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL



Sal marinho — As grandes salinas são em Macau, Areia Branca e Mossoró.

UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL



Verifica-se assim a riqueza do potencial, pouco aproveitado, mas profundamente válido, diante do Desenvolvimento.

Quanto à exploração marítima da pesca, surge outra com grande opção. O mar, na sua profundeza, muito tem a oferecer, mas também pouco explorado.

As belezas naturais da faixa litorânea, começam a ser descobertas pelo homem da capital, com a construção da residência secundária de fim de semana. Em boa hora, visando, antes de tudo, os aspectos dos partidos urbanísticos, o Governo do Estado, se empenha agora em assessorar as prefeituras municipais na elaboração de projetos de loteamentos ou em atos normativos de edificação. Assim, a natureza poderá ser melhor protegida da mão predatória do homem.

Faça sua assinatura pelo telefone!

e solicitar a sua assinatura de RN/ECONÔMICO. Você só tem a lucrar (50% de economia), além de ingressar no time dos bem informados

NO BRASIL



O nosso propósito é colocar os lineamentos do Direitò Econômico Brasileiro em função da regra constitucional, seguindo orientação nascida do magistério respeitado e aplaudido de PONTES DE MIRANDA, quando defende que só o direito constitucional pode conciliar os interesses do Estado-Democrático com as forças econômicas.

Dessa forma, os princípios constitucionais inseridos na Constituição de 1967, com as alterações da Emenda Constitucional nº. 1, promulgada a 17 de outubro de 1969, resumem (Titulo III) as limitações e pressupostos ligados ao direito econômico positivo, assim entendidas como a nossa ordem econômica e social tendo por finalidade a realização do "desenvolvimento nacional" e da "justiça social", utilizando o (art. 160, incisos I, IV, V e VI, art. 163, art. 170):

- liberdade de iniciativa;
- harmonia e solidariedade entre as categorias sociais da produção;
- repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros; e
- expansão das oportunidades de emprego produtivo;
- intervenção do Estado no domínio econômico e monopólio de determinada atividade, mediante lei federal;
- preferência às empresas privadas, com o estímulo e apoio do Estado na organização e exploração das atividades econômicas.

LIBERDADE DE INICIATIVA

A Constituição de 1946 (art. 145) introduziu a expressão "Ilberdade de Iniciativa" no direito constitucional brasileiro, merecendo de PONTES DE MIRANDA (In COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1946 - Vol. IV - 1953 - página 462) a qualificação de "mera recomendação. Frágil a sanção para a infração dele. Os legisladores, que a ele não obedeçam, escapam a qualquer restrição legal. Mas o principio, por si só, é útil, principalmente na parte final do artigo em que se concretiza a programática constitucional".

A Constituição do Império (art. 179, 24), estatuiu que "nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio, pode ser proibido", enquanto a de 1891 (art. 72 § 24) assegurou o "livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial". A Carta Magna de 1934 definiu a Ilberdade econômica no artigo 115: "A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos existência digna. Dentre desses limites é garantida a liberdade econômica".

Constituindo a "Ilberdade de Iniciativa" uma das heranças das revoluções liberais do século XVIII, as suas origens remontam não apenas ao plano restrito de elaboração filosófica, porém espelha a tensão entre as transformações sociais e econômicas e a reivindicação coletiva de novas condições ou de uma nova ordem social econômica e política. A idade Moderna, trazendo consigo a expansão do comércio e das indústrias, consolidação do Estado territorial e o surgimento das dissidências religiosas, justamente na época em que já se começava a distinguir entre a autoridade religiosa e a autoridade temporal, conduz à predominância da noção de que o homem, pela sua própria natureza, tem certos direltos naturais, que a autoridade não pode invadir.

O contrato social de ROUSSEAU fundamenta a doutrina de que o homem, tendo vivido originariamente num estado natural, isolado e sem governo, por livre vontade delibera constituir ou contratar a sua existência social e cria o Estado, com o fim precípuo de assegurar as suas necessidades e segurança. PLAMENATZ aprecia a ficção do contrato social como sendo "uma declaração de independência humana, uma advertência a todos que reclamam autoridade para si, que pretendam impor ou invocar obrigações, de que lhes cabe justificar as suas ações, mostrando como elas satisfazem a necessidade e aspirações humanas.

O princípio mandamental da "liberdade de iniciativa" (art. 160, I), caracterizada como concepção finalista da atividade econômica brasileira, se ajusta ao nosso Direito Econômico, o qual limitado por essa e outras regras, instrumentaliza o Estado à desincumbir-se de sua função primordial que é o estímulo ao desenvolvimento econômico. As restrições contemporâneas, no Estado Democrático-social, à liberdade de iniciativa, constituem, por outro lado, no entendimento do professor JOSÉ NABANTINO RAMOS, em sua memorável obra "Sistema Brasileiro de Direito Econômico", a "mals avançada sistematização dessas restrições", incorporadas ao Direito através das normas do Direito Econômico.

JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA

- * EXIBIÇÃO DE LIVROS Para pedir a exibição de livros e documentos de sociedade anônima o acionista ceve apresentar-se com pelo menos 5% do capital social "(TJSP Rev. Jur. vol. 52. págs. 200/201).
- * FATO GERADOR O fato gerador, na entrada do produto estrangeiro no território nacional, no caso de transporte por mar, ocorre quando de sua descarga para terra "(TFR na AMS 79.097, de SP-DJU 16.5.79)
- * AVAL Aval firmado em nome da sociedade por cotas, contra proibição do contrato, em cambial emitida por sócio em favor de ex-sócio, sem nenhum proveito para a sociedade (TJSP na ap. 96.552 - Arquivos do TARJ vol. 16 págs. 254/5).

Estão em Queiroz Oliveira as melhores máquiaas para serrarias e marcenarias.

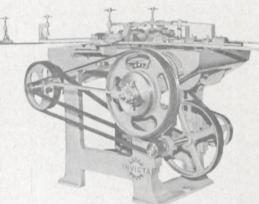


Serra circular com mesa móvel blindada



Furadeira horizontal





Furadeira automática para venezianas



graduável, blindado



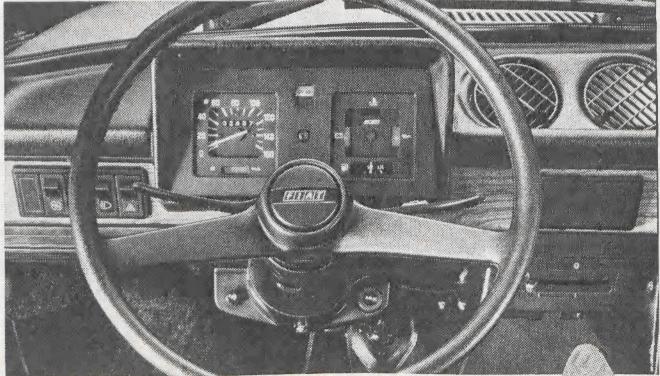
QUEIROZ <u>OLIVPIDA</u>

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

Av. Rio Branco, 185 NATAL R. Cel. Gurgel, s/n MOSSORÓ

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

Este lugar está reservado



Venha dirigir um Fiat 147e ganhe um lindo blusão importado.

Venha até a nossa Concessionária e comprove de perto todos os detalhes de economia, conforto

e segurança, que fazem o Fiat 147 ser o carro mais econômico do país.

2 horas no mínimo, ou até por meio dia, e ganha um maravilhoso blusão confeccionado Você fica com o carro por com material importado.



Navona Av. Salgado Filho, 3540 Tel.: 231-3848 - Natal-RN.